



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA / DESENVOLVIMENTO URBANO / SEGURANÇA PÚBLICA			
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0799/13	DATA: 19/06/2013	
INÍCIO: 10h39min	TÉRMINO: 13h24min	DURAÇÃO: 02h45min	
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h45min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 34	

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AGUINALDO RIBEIRO - Ministro de Estado das Cidades.

SUMÁRIO: Audiência pública com o Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, sobre metas da Pasta para o exercício de 2013; construção de conjuntos habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em áreas inadequadas; recursos direcionados à melhoria da mobilidade urbana nos Municípios-sede e Municípios-subsede da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e das Olímpiadas; suspeitas de irregularidade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Senhores, nós vamos abrir agora a reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Foram aprovados o Requerimento nº 103/2013 e o Requerimento nº 110/2013 na Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Flaviano. Na Comissão de Fiscalização e Controle foi aprovado o Requerimento nº 408/2013. Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado foi aprovado o Requerimento nº 221/2013, em que se convida o Sr. Ministro para fazer um relato sobre o Ministério das Cidades.

Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão. Quero agradecer ao Deputado Edinho Bez, que também vai presidir esta reunião, para que nós possamos dar a ela bom andamento.

Sei que já estamos atrasados e queremos pedir desculpas por isso. O atraso se deu também porque a imprensa ocupou um tempo do Ministro, naquele ritual todo que ocorre quando chega um Ministro de tal importância a este Parlamento.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Ministro, por até 40 minutos. Se S.Exa. precisar de mais tempo, nós vamos conceder, sem nenhum problema. Depois vamos abrir a palavra para que os Deputados possam se manifestar. Após essa manifestação, concederemos novamente a palavra ao Sr. Ministro.

Ministro, seja bem-vindo. Muito obrigado. A realização desta audiência já era sonhada por estas Comissões há mais tempo, mas chegou em bom tempo. V.Exa. sempre esteve disposto a vir; as Comissões é que demoraram um tempo para se organizar.

A palavra está com V.Exa., Ministro.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Bom dia. Cumprimento inicialmente o nosso Deputado Sérgio Moraes, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano; o nosso Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; o nosso Deputado Otávio Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.



Quero cumprimentar, de forma muito especial, o Líder da nossa bancada, o Partido Progressista, Deputado Arthur Lira. Na pessoa do Líder, cumprimento toda a bancada do nosso partido.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Parlamentares; a equipe do Ministério das Cidades aqui presente; a imprensa; os funcionários da Casa; os funcionários das Comissões.

Quero falar da nossa alegria de poder retornar a esta Comissão. Estivemos no ano passado aqui, tratando também de temas importantes relativos ao Ministério das Cidades, especificamente na área de infraestrutura no nosso País.

Para nós, repito, cada vez que retornamos a esta Casa é um momento muito importante em que nós estreitamos a relação com o Poder Legislativo. E nós temos a oportunidade de debater para aprimorarmos, inclusive, programas e ideias nas políticas públicas, sobretudo nas áreas de infraestrutura urbana, que é o foco do nosso Ministério, mas também em outras áreas que nós consideramos também importantes, a exemplo da própria questão do trânsito no Brasil, que é uma área também ligada ao Ministério das Cidades e que acho importante destacar. Aliás, esta Casa deu uma importante contribuição, inclusive, no ano passado, com o avanço da legislação relativa à Lei Seca, cuja consolidação permitiu que nós tivéssemos um resultado mais positivo do ponto de vista da redução dos acidentes no País.

Acho que esta Casa tem ajudado bastante nesses programas. É importante fazermos este destaque.

Gostaria também de expor, de forma breve, um pouco daquilo que nós estamos realizando em todas as áreas de que trata o Ministério das Cidades, notadamente na área de habitação, na área de mobilidade urbana, na área de saneamento ambiental e na área de programas urbanos. Esta última, em que temos programas que eu julgo da maior importância, visa o fortalecimento do planejamento urbano nas cidades brasileiras, a organização e a reordenação fundiária, a melhoria do uso e da ocupação do solo no nosso País — esta política é importante. Temos, hoje, vários problemas nas cidades brasileiras talvez por conta de um hiato na cultura de planejamento no País, sobretudo nessa área de planejamento urbano — e também na área de trânsito. Repito: acho importante destacarmos essas ações.



Como V.Exas. sabem, quatro Secretarias compõem o Ministério: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e a Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, tema que também julgamos da maior relevância.

No Programa Minha Casa, Minha Vida — que é, sem dúvida nenhuma, importantíssimo do ponto de vista da política habitacional no País e no qual esta Casa teve papel definitivo do ponto de vista da sua avaliação e aprovação, em 2009 —, nós tínhamos, num primeiro momento, na primeira fase, a meta de entregar 1 milhão de unidades, e hoje já temos, na segunda fase, uma meta que totaliza 3 milhões, 750 mil unidades a serem contratadas até o final de 2014.

Nós, hoje, temos 1 milhão e 200 mil unidades entregues no Programa Minha Casa, Minha Vida; ou seja, essa é a quantidade de brasileiros que já receberam suas moradias. Temos quase 1 milhão e 500 mil unidades em produção, ou seja, casas e apartamentos que foram contratados, que estão sendo construídos neste momento em todo o Brasil. E temos ainda esse saldo de contratação até 2014.

É importante destacar que nós temos hoje, já nos primeiros 4 meses do ano, um aumento de cerca de 30% da contratação em relação ao ano de 2012, nas diversas faixas do Programa — a faixa 1 atende famílias com renda de até 3 salários mínimos; a faixa 2 atende famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos; e a faixa 3 engloba famílias com renda superior a 6 salários mínimos, dentro do Programa como um todo.

Então, é importante destacar — eu vou repetir — que já em 2012 tivemos um aumento das metas de contratação do Programa em relação a 2011, e, em 2013, já temos uma ampliação de quase 30% do que foi contratado em relação à meta. Portanto, se formos nessa velocidade ao longo de 2013, vamos extrapolar a meta prevista. Por esta razão, nós ampliamos a meta de contratação, que era de 2 milhões e 400 mil unidades, para 2 milhões, 750 mil unidades até 2014.

No Programa Minha Casa, Minha Vida nós temos diversos modelos de contratação. Temos a oferta pública, que é a contratação via leilão e que foi inclusive objeto de aprovação nesta Casa; o Programa Nacional de Habitação Rural — PNHR, que é voltado para a habitação rural; o FAR — Fundo de Arrendamento



Residencial; o FGTS e os demais fundos que utilizamos como *funding* para viabilizar as demais faixas.

Só para os senhores terem uma ideia, de 2011 até o mês de maio de 2013, na área de habitação, nós tivemos 116 bilhões de reais contratados no programa habitacional, incluindo o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na área de saneamento, nós saltamos de um patamar... Eu acho importante destacar exatamente a retomada desses investimentos. Eu falava, há pouco, na desmobilização que houve com relação à mobilidade urbana, por exemplo, em que não tínhamos uma política nem um programa de investimentos na área de mobilidade urbana. Isso é tão verdade que os instrumentos de planejamento dessa área, como EBTU e GEIPOT, foram desmobilizados no nosso País. Nós retomamos esse programa de investimentos e, na área de mobilidade urbana, temos hoje cerca de 60 bilhões de reais entre aquilo que está contratado, aquilo que está em obras e aquilo que já está selecionado e aguarda início de obras ou formalização dos contratos.

É importante destacar que nós temos um novo foco, que são as médias cidades brasileiras. Estamos focando naquelas cidades que ainda não têm o mesmo problema do Rio de Janeiro, dos grandes centros brasileiros, mas que caminham, se não houver intervenções preventivas de planejamento, para a mesma situação.

Nós lançamos o PAC Mobilidade Médias Cidades para atender exatamente às cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes que ainda não haviam sido contempladas no programa de mobilidade urbana do Governo Federal. Essa medida é importante — eu quero ressaltar isso — porque tem exatamente este foco de poder, como gestão da cidade, inclusive gestão territorial, fazer a interface de todas as políticas públicas. Eu considero o Programa Minha Casa, Minha Vida não só uma política de habitação, mas também um instrumento de planejamento urbano e de gestão territorial, bem como o programa de mobilidade urbana.

Eles são convergentes. Quando nós estamos falando em fazer, por exemplo, um empreendimento habitacional, estamos considerando que neste empreendimento haja as devidas condições de habitabilidade. É necessário que haja transporte público de qualidade atendendo esse empreendimento; que haja os equipamentos, a exemplo de creche, hospital, escola, comércio local, para que as



pessoas possam ter conforto ao habitar esses novos empreendimentos. Não adotamos aquele conceito de antigamente de simplesmente fazer produção habitacional, em que se fazia a casa num terreno muitas vezes distante, ali se acomodavam as populações e terminava-se sem dotar os empreendimentos das condições de habitabilidade.

Neste conceito dos programas que nós estamos hoje executando e aperfeiçoando, nós estamos focados exatamente nessa questão de habitabilidade. E, mais do que isso, estamos também preocupados com o que chamamos de pós-uso. Ou seja, queremos entregar o empreendimento, mas, após o empreendimento entregue, também fazer o trabalho social com as famílias que estão entrando nessas novas moradias, a fim de conscientizá-las de que vão morar em regime de condomínio, com várias pessoas habitando o mesmo empreendimento, e preparar esses empreendimentos para a sua emancipação, ou seja, para que os próprios moradores possam fazer o seu gerenciamento, a partir do condomínio. A preocupação não é só entregar o apartamento, ou a casa, mas fazer com que essas pessoas estejam preparadas para assumir esse novo momento de suas vidas, que é a realização do sonho da casa própria, mas, mais importante, inclusive, a manutenção desse próprio sonho.

Na área de saneamento, nós retomamos investimentos que também julgamos importantes. Só para se ter uma ideia, em 2006, nós tínhamos cerca de 500 milhões de investimentos no Ministério das Cidades, na área de saneamento. Esse era o valor de todo o investimento, em toda a parte de saneamento, do Ministério das Cidades. Em 2012, nós investimento 500 milhões de reais apenas na elaboração de projetos na área de saneamento. Hoje nós temos 80 bilhões de reais entre obras que estão em andamento, obras que estão contratadas e obras que foram selecionadas e estão em processo de contratação. Então, nós tivemos também um avanço do ponto de vista do investimento no saneamento.

É importante destacar que na última semana nós aprovamos o Plano Nacional de Saneamento Básico no âmbito do Conselho Nacional das Cidades. Nós já o havíamos discutido, inclusive em audiência pública, com toda a sociedade brasileira. Refizemos algumas audiências públicas para redimensionarmos o programa, que tem hoje, como meta, a universalização do saneamento no Brasil,



num horizonte de 20 anos, com investimentos de cerca de 520 bilhões de reais, distribuídos pelos diversos entes federados — Municípios, Estados e União — e por entidades privadas que participam hoje do sistema de saneamento no Brasil, para que possamos ter a universalização, que é o desejo de todos nós brasileiros: termos água de qualidade para todos e termos o tratamento de esgoto — não só a coleta, mas o tratamento efetivo dessa coleta de esgoto no Brasil.

É também um programa que foi retomado. Nós temos muitas obras em andamento e a plena convicção... Os números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS que temos hoje divulgaremos ainda esta semana. Eles apontam para o cumprimento do Plano Nacional de Saneamento Básico, dessa universalização, se nós continuarmos mantendo o nível de investimentos na área de saneamento nesse horizonte de 20 anos. Acho que esse é um dado também extremamente relevante.

Do ponto de vista de programas urbanos, nós também estamos resgatando algumas políticas públicas que julgamos da maior relevância, como são a acessibilidade, os programas de reordenação fundiária e de regularização fundiária. Nós estamos retomando isso este ano. Inclusive, no Orçamento do ano passado, nós trabalhamos para ter uma melhoria já no Orçamento de 2013. Discutimos com esta Casa, inclusive com esta Comissão, para também termos um orçamento mais representativo do ponto de vista do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária e de programas que estão em andamento, que são programas importantes de prevenção. Nós temos o Programa de Contenção de Encostas, que está nessa Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, que já tem feito diversas contratações nessa área. Nós temos, de 2011 até 2013, cerca de 2 bilhões de reais em investimentos já realizados nessas áreas, tanto de acessibilidade e de contenção de encostas quanto de planejamento de programas urbanos e elaboração de projetos para ajudar as gestões municipais no que se refere à questão do seu planejamento urbano.

Acho que esse é um ponto fundamental. Aquilo que nós estamos apontando, para onde as nossas cidades querem ir, qual é o tipo de desenvolvimento que nós queremos para as nossas cidades, para as cidades brasileiras. E isso passa por uma discussão profunda e efetiva de planejamento urbano.



Nós teremos este ano, inclusive, a nossa 5^a Conferência Nacional das Cidades, que terá como tema *Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!* e será realizada em novembro. Várias conferências municipais já foram realizadas. Vamos ter agora as conferências estaduais. E vamos ter um grande evento em novembro que aponta exatamente para essa discussão. O tema é exatamente este: *Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!* Discutiremos para saber de que forma nós queremos as nossas cidades e qual é o tipo de desenvolvimento que nós queremos para elas.

Não queremos só falar na sustentabilidade do ponto de vista do modismo, até, do termo, mas queremos promover a efetiva implementação de uma cidade sustentável, de uma cidade inteligente, de uma cidade viável, que se viabilize com suas políticas e que seja mais confortável para o cidadão que nela resida.

Acho que esse é um tema importante que nós estamos colocando como ponto fundamental das discussões para a 5^a Conferência Nacional das Cidades.

De forma sucinta, Presidente, eu apresentei uma visão geral das ações que estamos tratando no Ministério.

Queria destacar mais duas questões que eu acho relevantes, que são as melhorias que nós estamos implementando — já conseguimos implementar algumas.

A primeira delas, inclusive, foi discutida aqui, nesta Comissão, no ano passado. Falo da implantação da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.

Essa portaria contempla os recursos que estão destinados aos contratos de repasse de valores entre 250 mil reais e 750 mil reais e tem uma sistemática nova, que é aquela de se transferir os 50% dos recursos para os Municípios na hora da contratação do investimento, da proposta, fazendo com que essa obra ande de forma mais rápida.

Isso foi discutido nesta Casa. Anteriormente, para se chegar à disponibilização de 50% dos recursos de uma obra, aconteciam praticamente dez visitas da Caixa Econômica. Ou seja, o fiscal tinha de ir dez vezes à obra para fazer essa avaliação, para nós liberarmos 50% dos recursos.

O que mudou? Nós liberamos até 50% dos recursos, hoje, com uma visita, porque a engenharia da Prefeitura ou do Governo do Estado é que faz a aferição,



envia para a Caixa, e a Caixa vai liberando os 50% que já estão depositados na conta do Município, à sua disposição. Na hora em que a Caixa faz essa vistoria e confirma que os 50% foram executados, nós liberamos mais 30% e, a partir daí, segue o mesmo rito: a Prefeitura ou o Governo do Estado vai aferindo, através da sua engenharia, os 30%. A Caixa vai e confere os 30%. Aí, os 20% restantes são liberados de acordo com o andamento da obra.

Então, com isso, creio que melhorou bastante o nível do volume de obras, sobretudo nesses contratos.

Nós também adotamos a mesma estratégia, a mesma sistemática no PAC, inclusive adotando a reprogramação, que era uma coisa que dificultava bastante o andamento de algumas obras, porque, quando se via a necessidade de reprogramar, o processo demorava praticamente 10 meses. Nós conseguimos modificar isso.

Hoje nós temos um processo de reprogramação que segue esse mesmo rito que eu acabei de explicar e que é muito mais desburocratizado para efetivar os recursos e a viabilização do andamento dessas obras, no que se refere tanto a essas emendas das quais nós falamos, que é a Portaria nº 507, quanto ao próprio PAC, que, sem dúvida nenhuma, também tem uma importância muito grande. Essas eram as duas coisas de que eu gostaria de tratar também.

Por fim, eu acho que é importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, destacar o tema do decreto que nós temos agora, que derruba algumas operações que foram contratadas como forma de cláusula suspensiva. Agora, em 30 de junho, se aquelas cláusulas suspensivas não forem atendidas, esses contratos cairão — no popular, eles vão ser derrubados.

Aqui eu faço um apelo: é importante ter essa conversa com cada Prefeito, com cada Governador, para vencermos essa etapa da cláusula suspensiva, porque, se efetivamente isso não for atendido, nós teremos os contratos derrubados. E isso não é bom para ninguém. Não é o que o Governo quer, não é o que os Srs. e as Sras. Parlamentares querem, não é o que o Brasil quer. Nós precisamos vencer essa etapa. Senão, nós teremos um número expressivo de contratos que irão ser invalidados em função de não terem sido providenciados a documentação e os



projetos previstos nas cláusulas suspensivas que foram assinadas quando do contrato.

Então, é importante destacar isso. Nós temos ainda um tempo, até o dia 30 de junho, mas é importante que se faça essa articulação com os Prefeitos. Eu queria aqui pedir o apoio dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares neste sentido: que mobilizem os Srs. Prefeitos. Nós estamos à disposição, e também a Caixa Econômica, para dar o suporte necessário para que essas operações não caiam.

Nós não temos nenhum interesse em que essas operações sejam derrubadas — repito. É importante frisar isso. Mas nós temos pouco tempo e ainda temos um volume expressivo de contratos cujas cláusulas suspensivas não foram cumpridas. Isso, em todas as áreas: saneamento, mobilidade urbana, enfim. Então, eu gostaria de fazer este registro.

Também, Sr. Presidente, eu acho importante colocar a questão do programa Sub 50, que eu acho que foi um dos temas tratados nesta Comissão e nas demais Comissões... O que a gente chama de Sub 50 é a oferta pública, modalidade que tem uma natureza diferenciada. É importante destacar que é a única modalidade que hoje não é operada via Caixa ou Banco do Brasil. Ela tem a natureza de atendimento ao beneficiário final. Nós já tivemos cerca de 170 mil casas fornecidas através desse programa, numa primeira etapa. É um investimento também importante, porque ele atende os pequenos Municípios brasileiros, aqueles com menos de 50 mil habitantes.

Esta Casa entendeu... Digo “esta Casa” porque a emenda emanou desta Casa, foi aprovada e virou lei. E, nesse regime de subvenção, esta Casa entendeu que era uma modalidade com natureza diferente, importante para atender esse público do País através dessa natureza, que é diferenciada das demais naturezas do Programa Minha Casa, Minha Vida como um todo. Nós temos 166 mil contratos.

Tivemos um problema que eu considero relevante, o problema do Banco Morada, que todos os senhores conhecem. O Banco Morada passou por um processo de falência, e nos coube entrar com as medidas judiciais necessárias para bloquear os seus recursos no Banco Central, na conta destinada a esse tipo de intervenção no Banco Central. Nós conseguimos, logramos êxito.



Graças a Deus, na última semana, nós tivemos uma decisão judicial que devolve, na verdade, não ao Ministério, mas aos beneficiários, ao povo, os mais de 20 milhões de reais que foram bloqueados. E esses recursos são devolvidos para que sejam concluídas aquelas moradias cuja construção havia sido interrompida em razão da falência do Banco Morada.

Então, nós temos uma decisão judicial recente, da semana passada, que devolve os recursos que estavam bloqueados para atendimento desses beneficiários, e já estamos acionando os meios necessários para fazê-la ser cumprida.

No que se refere à questão da denúncia, inclusive — e eu acho importante colocar —, relativa a tratativas de uma service — chamamos de service um tipo de correspondente bancário — dessas empresas, dessas instituições financeiras que participam do leilão, da oferta pública, nós tomamos as medidas necessárias para fazer toda a apuração, quais foram: a instalação de uma sindicância conjunta do Ministério das Cidades e da CGU, que deve ser concluída nesses próximos dias; a solicitação de uma auditoria na CGU, para passar um pente-fino no programa, que já é auditado — nós fazemos isso de forma corriqueira, rotineira, mas estamos intensificamos ainda mais, especificamente nessa parte do programa; o acionamento da Polícia Federal para também fazer a investigação daquelas denúncias que foram feitas e que nós temos todo o interesse de apurar com todo o rigor. Nós não temos nenhum interesse de que esses assuntos não sejam esclarecidos. Por isso, fomos também à Polícia Federal, para que ela possa concluir a sua investigação e a partir daí nós possamos tomar as medidas decorrentes desse processo de investigação e de sindicância que se refere a esse Sub 50.

É importante destacar que essa relação se dá da empresa, da instituição financeira, com o service. Portanto, é uma relação que não tem a participação do Governo. Isso não tramita dentro do Governo, pela própria natureza do programa de oferta pública.

Como funciona isso? Talvez não me caiba nem explicar, já que a emenda nasceu na própria Câmara, mas é importante destacar que este, na verdade, é um modelo de subvenção direta ao beneficiário final. Quer dizer, é quase uma



modalidade financeira, com contratação para entrega daquele objeto. Então, esse é o formato que se dá.

Como é isso? Primeiro, as empresas participam de uma habilitação no Banco Central. Elas vão ao Banco Central e lá se credenciam, habilitam-se para participar desse processo de leilão. A partir da emissão carta de habilitação pelo Banco Central, nós fazemos a avaliação técnica dessas empresas, para verificar se elas têm condições e, inclusive, histórico para fazer a produção habitacional e fazer o trâmite também de contratação da subvenção, com a participação dos Municípios, já que esse cadastro é realizado pelo Município. O Município é que escolhe o beneficiário, através do CADUNICO, e a partir daí são feitos os dimensionamentos da quantidade de cada Município, de cada Estado. É importante destacar que também participam as cooperativas habitacionais e outras instituições que têm esse mesmo perfil.

Num primeiro instante, Sr. Presidente, eu acho que era isso que nós queríamos dizer. Ficamos aqui à disposição dos senhores para as indagações, as considerações sobre toda essa explanação que nós fizemos aqui de forma rápida — eu tentei ser rápido e sei que fui um pouco generalista, mas estou à disposição para aprofundar cada caso, se for necessário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com certeza, os Deputados farão várias perguntas. Já há vários inscritos.

Quero saudar o Senador Benedito de Lira, que nos acompanha.

Quero também agradecer à imprensa e a todos os que nos estão acompanhando.

Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Inicialmente, agradeço a presença dos nobres Parlamentares convidados e também dos Deputados das respectivas Comissões.

Na nossa Comissão, os Deputados presentes, por unanimidade, aprovaram o requerimento e por diversas vezes nos indagaram sobre a possibilidade de o



Ministro vir aqui para tratar de um assunto tão importante para o País — e não é diferente para nós.

Queremos agradecer ao Ministro Aguinaldo Ribeiro, que prontamente se colocou à disposição para vir aqui. Foi combinado o dia, de acordo com a agenda do Ministro, e também foi acertado com as três Comissões.

Agradeço às nossas assessorias e também à assessoria do Sr. Ministro, que estiveram em contato quase diariamente para que pudéssemos estar aqui neste momento.

Quero cumprimentar o Deputado Sérgio Moraes, com quem também trabalhamos em conjunto para que pudéssemos estar aqui, e o Deputado Otavio Leite, com quem também nós conversamos para viabilizar este momento tão importante e aproveitar a oportunidade.

Obviamente, os Parlamentares terão a oportunidade de fazer inúmeras perguntas e questionamentos. Eu também terei. Mas vamos deixar, Deputado Sérgio Moraes, que os nobres Parlamentares inscritos possam se manifestar, e nós faremos as nossas considerações no final.

Agradeço ao Sr. Ministro e a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Flaviano Melo, autor do Requerimento nº 110/13.

V.Exa. está com a palavra, por 3 minutos, mas com alguma tolerância.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro Aguinaldo Ribeiro; os Presidentes das três Comissões aqui reunidas, Deputados Sérgio Moraes, Edinho Bez e Otavio Leite; os colegas Deputados e Deputadas; as senhoras e os senhores aqui presentes.

Eu ouvi atentamente a explanação de V.Exa., Sr. Ministro, e o parabenizo pelo que nos disse aqui, mas quero me ater, como nosso tempo é curto, ao programa que eu acho que todos nós consideramos o mais importante da sua Pasta, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que, inclusive, foi o motivo do meu requerimento convidando V.Exa. para vir à reunião desta Comissão.



Eu fico muito preocupado com o que tenho visto na imprensa a respeito de algumas questões que estão acontecendo na construção dos conjuntos habitacionais.

Noticiou a imprensa do Rio de Janeiro que dois prédios que receberiam os desabrigados do Morro do Bumba foram demolidos porque estavam construídos de forma errada, em local inadequado. Um conselheiro do CREA disse que nem sondagem da área havia para que pudessem ser feitas aquelas obras.

Depois, em Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense, conjuntos em cuja construção haviam sido gastos 17 milhões de reais foram alagados por uma chuva. Está bem, a chuva foi anormal? Eu concordo; pode ter sido anormal. Mas um lugar normal, um lugar próprio para a construção de habitações não alaga com uma pequena chuva ou com uma chuva um pouquinho mais forte.

Lá na minha cidade, Rio Branco, no meu Estado do Acre, eu visitei três conjuntos porque fui convidado pela população. Visitei os conjuntos Cabreúva, Carandá e o Rosa Linda, que foram construídos em áreas inapropriadas.

Sr. Ministro, veja o seguinte: eu fui Governador do Estado de 1987 a 1990. Construí muitos conjuntos habitacionais. Na época, houve a transição do BNH para a Caixa, que era muito rigorosa. Muito rigorosa! Nenhum Governador do Estado construiu, em tão pouco tempo, mais habitações do que eu, apesar de todo o rigor da Caixa econômica naquela época — projeto tinha que ser aprovado nas Prefeituras, nos órgãos de saneamento, etc. e tal, além de ser aprovado pela Caixa. Se nos projetos houvesse coisas com as quais a Caixa não concordava, ela mandava refazê-lo. E olhem que os recursos eram oferecidos como empréstimo para o Estado, na época. Mas as obras foram feitas e estão lá.

A nossa preocupação hoje é que os números citados por V.Exa. aqui — que foram entregues 1 milhão e 200 mil casas e estão contratadas mais 1 milhão e 400 mil casas — são muito grandes. E nós ouvimos o Presidente da Caixa Econômica dizer que criou um 0800 para que o mutuário faça sua reclamação. Os senhores já imaginaram 120 mil pessoas tentando ligar para resolver problemas?

A situação é preocupante, e eu acho que a Caixa Econômica e o Ministério das Cidades tinham que olhar isso com todo o carinho, para evitarem o desperdício. Por quê? Porque o beneficiário do programa, a pessoa que adquire essas casas, é



aquela que não tinha a mínima condição de ter um imóvel. Normalmente, morava em um lugar inapropriado. Então, não é justo que ela saia de um lugar inapropriado para outro.

Hoje nós estamos vendo as manifestações populares, que estão assustando todo mundo. Uma pessoa dessas tem todo o direito e o desejo de protestar, porque sabe que o dinheiro público foi mal usado. E, se foi mal usado, alguém foi beneficiado.

Sr. Ministro, eu gostaria de perguntar o seguinte: quem é o responsável por isso? A Caixa libera dinheiro para o construtor, para o Estado, para o Município. Como se libera uma obra desse tipo? Como se constrói uma obra em lugar alagado, que não é apropriado para a construção de um conjunto habitacional?

Deve-se evitar o desperdício do dinheiro público, especialmente o destinado a um programa da mais alta importância como é o Programa Minha Casa, Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sr. Ministro, eu penso em fazer blocos de três Deputados, para que V.Exa. possa, aos poucos, responder às indagações.

Quero aproveitar, antes de passar a palavra à Deputada Nilmar Ruiz, para registrar a presença de três jovens da Escola da Vila, de São Paulo, que aqui estão: a Giovana, a Graziele e a Renata, que vieram de ônibus de São Paulo para cá, com outras alunas, para fazer um estudo sobre a mobilidade urbana. Por favor, levantem a mão, para que sejam localizadas.

Agradecemos a presença de vocês e queremos dizer-lhes que esta Casa é de vocês. Sejam muito bem-vindas aqui.

O próximo inscrito é o Líder do PP, Deputado Arthur Lira. Concedo a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Falarei rapidamente, só porque tenho outro compromisso.

Sr. Presidente Sérgio Moraes, Srs. Presidentes Otavio Leite e Edinho Bez, na realidade, vou fazer um breve retrospecto.

Saúdo todos os Deputados da Comissão, os Deputados de todas as Comissões que fazem esta reunião conjunta.



Gostaria de ressaltar a presença do Ministro e elogiá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente do Ministério das Cidades, com a sua equipe, com muita dedicação, com muito trabalho, com muito empenho.

Nós tivemos, enquanto Líder do PP, conversas com os Presidentes das Comissões, logicamente, sobre o problema que houve, das denúncias desse apêndice do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nós colocamos que o nosso partido à disposição, que o nosso Ministério estava à disposição, que o nosso Ministro estava à disposição e apelamos ao Presidente Otavio Leite — na época falei pessoalmente com ele — para que transformasse a convocação em convite, porque não haveria nenhuma dificuldade por parte do nosso Ministro, que é Deputado Federal como todos nós e sabe das dificuldades que este Parlamento vem encontrando, em determinadas situações, para diálogo, e que não iríamos obstaculizar, como ocorreu hoje, aqui. Ressalto mais uma vez a sua presença aqui, de maneira tranquila, prestando contas, à disposição de toda a Câmara, como deve ser. A nossa Casa tem o poder altivo de fiscalização. As Comissões têm que funcionar, cada uma cuidando do seu tema específico, independentemente de partidos políticos, para o crescimento do nosso País.

Na manhã de hoje, com muita satisfação, ouvi o relato do Ministro sobre os mais vastos temas em que o Ministério das Cidades atua.

Um compromisso me chama no Ministério da Integração Nacional, Ministro, mas tenho certeza de que esta oportunidade será muito bem aproveitada pelos Deputados das pertinentes Comissões, para que dirimam todas as dúvidas, para que tirem realmente as conclusões de que as coisas estão tendo um caráter de seriedade, de tranquilidade, de transparência e de agilidade por parte do nosso Ministério, do seu trabalho, da sua equipe, para com esta Casa.

Gostaria só de fazer esse registro. Eu me senti plenamente, como sabia, atendido pelas explicações, mas acho que muitas outras ainda virão, como esses temas polêmicos, acredito também, dos movimentos sociais que acontecem de 10 dias para cá, principalmente na questão mobilidade. Acho que esse assunto, como foi abordado por V.Exa., será abordado por esta Casa. Além do Programa Minha Casa, Minha Vida, que é uma beleza de projeto, que tirou muitas e muitas famílias da miséria de não ter um lar, principalmente as famílias com renda mensal entre



zero e 3 salário mínimos, e tem que ser enaltecido. Se existiram falhas, que elas sejam apontadas, porque para a apuração com todo o rigor, tenho certeza, o Ministério, a sua equipe, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff tomaram as providências.

Era esse o registro que eu queria deixar claro. E conta com o apoio da nossa bancada na Câmara, com absoluta tranquilidade e transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Líder do PP, Deputado Arthur Lira. Mesmo que V.Exa. se ausente daqui, por causa de outros compromissos, vamos cuidar muito bem do Ministro. Pode ficar tranquilo. Enquanto estiver esta Corte aqui, sob a nossa Presidência — do Deputado Edinho, do Deputado Otávio e minha —, o Ministro estará sob controle.

Na sequência, vamos passar a palavra à Deputada Nilmar Ruiz, ex-Prefeita de Palmas, Estado do Tocantins.

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Bom dia a todos, companheiros Deputados.

Quero saudar o Ministro Aguinaldo Ribeiro e agradecer a oportunidade ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Sérgio Moraes, aos Presidentes das outras Comissões, ao Deputado Otávio Leite.

Acho que é incontestável para todos nós o avanço que houve no Brasil, nesses últimos anos, no que se refere às condições de habitação para o nosso povo. E sabemos que isso é fundamental, até porque todos têm o sonho da casa própria. E estamos realizando esse sonho para milhares de brasileiros.

Hoje, tivemos oportunidade de verificar aqui também esse crescente aumento no que se refere aos programas de habitação. No meu Estado, Tocantins, temos a alegria de agora poder dizer que vamos resolver um grave problema, a questão do Bico do Papagaio, onde há um déficit muito grande de habitações, principalmente no que se refere à habitação com dignidade. Há ainda muitas casas de taipa.

E, como o nosso Presidente colocou, quando eu fui Prefeita da Capital do Estado de Tocantins, adotei uma política habitacional, não no sentido de construir conjuntos habitacionais, mas no sentido de mudar a realidade das habitações já existentes e também o caso daquelas famílias que tinham terreno, mas não tinham



condições de construir, por entender que você já aproveita, vamos dizer assim, a questão dos centros urbanos, dos equipamentos urbanos, e modifica essa visão de conjunto habitacional.

Eu fico feliz quando o Governo Federal tem essa preocupação, não só construir moradias, mas também de mudar a qualidade de vida da pessoa, no que se refere a água de qualidade, no que se refere a saneamento básico, no que se refere à questão dos equipamentos, como escolas, postos de saúde, postos policiais, como a própria capacitação profissional das pessoas, para melhorar a sua condição de vida. Isso é fundamental.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de andar de carro pelo Nordeste, que nem é a região onde vivo — vivo na Região Norte. Mas tive a oportunidade de ir de Maceió até Campina Grande e de participar da abertura do São João de Campina Grande. E o que eu verifiquei nessa caminhada, por essa região, é que há conjuntos habitacionais, entre Caruaru e Campina Grande, que, até pelas condições dos conjuntos, vemos que já foram construídos há tempo, em áreas totalmente isoladas, fora de centros urbanos, e que estão desabitados.

O que eu queria saber, Sr. Ministro, é se há um controle pós-entrega dos conjuntos. Porque, de certa forma, isso veio até reforçar a minha ideia de que é melhor construir conjuntos habitacionais em centros urbanos em que tenham condições de ser expandidos do que numa localidade fora das cidades. Então, eu queria saber se há esse controle pós-entrega e se há esse controle de mudança de qualidade de vida da população.

Quero parabenizar o Ministério, quero parabenizar o Ministro pelo trabalho. Vejo que é fundamental que se tenha essa preocupação em melhorar a condição de vida do nosso povo. E sabemos que isso vem acontecendo nos últimos anos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Deputada Nilmar.

Eu quero convidar para falar, pelo tempo regimental, o Deputado Ademir Camilo. E assim fecharemos o bloco de três oradores, para que o Ministro possa se manifestar.



Também quero registrar a presença do Deputado Luis Carlos Heinze, por quem tenho o maior apreço. Considero-o um dos homens mais preparados deste País. E — quem sabe um dia? — também será Ministro, para atender às demandas do Rio Grande do Sul também. Sempre digo que Luis Carlos Heinze é o professor dos números. Tem-nos ensinado muito. E lhe agradeço por isso, Luis Carlos Heinze.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Exatamente, o homem da agricultura.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Srs. Presidentes Sérgio Moraes, Otavio Leite e Edinho Bez, Sr. Ministro, colega Deputado Aguinaldo Ribeiro, queria fazer somente uma ponderação e uma pergunta ao Ministro.

Quando esteve aqui na nossa Casa, o Presidente da Caixa Econômica Federal afirmou que demoraria em torno de 1 ano e meio a viabilização do início da execução dos recursos. No entanto, a Caixa dispõe, ou naquela época dispunha, de mais de 3.800 engenheiros. Isso dá um engenheiro para duas cidades. Veja que o processo é lento, na medida em que a própria Caixa tem um rito diferente daquele que desejamos aqui no Parlamento.

Então, acho que precisamos contar novamente com a presença de V.Exa., Ministro, depois, junto com o Sr. Jorge Hereda. Será importante.

Naquela mesma oportunidade, foi citado um percentual — e a Comissão de Orçamento desta Casa fez um estudo: apenas 5% do total referem-se a convênios, em relação a todos os Municípios brasileiros. Esse é um montante muito pequeno para um volume de recursos também ainda pequeno e para uma demora tão grande.

E queria saber de V.Exa. o seguinte: recentemente, as centrais sindicais verificaram que, de 1999 até 2013, inclusive em 2012, a Taxa Referencial ficou em 0,2%, gerando um prejuízo para o contribuinte, para o trabalhador, de 88,3%. V.Exa. tem acompanhado essa perda? A Taxa Referencial corrige a caderneta de poupança, o sistema habitacional e o FGTS. E o FGTS financia programas, principalmente, da Pasta de V.Exa. E, se isso o que nós estamos apresentando, que



o contribuinte, o trabalhador, tem uma perda estimada de 88,3%, imagine V.Exa. o rombo para o Governo Federal e o impacto para o seu Ministério.

Então, queria saber se V.Exa. está acompanhando essas ações das centrais sindicais em relação à correção pela Taxa Referencial. E o Supremo Tribunal Federal, recentemente, considerou a Taxa Referencial inidônea.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Deputado Ademir.

Vamos passar a palavra ao Ministro, para que responda às manifestações dos três Deputados, e, logo na sequência, vamos abrir prazo para outros Deputados.

Com a palavra V.Exa.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Primeiro, quero agradecer a participação, mais uma vez, das Sras. e dos Srs. Parlamentares, quero agradecer a propositura do nobre Deputado Flaviano Melo e dizer que, em relação à ponderação que V.Exa. faz, sobretudo no que se refere ao rigor da Caixa Econômica Federal, parece-me inclusive que o rigor aumentou, porque muitas das demandas que nós recebemos são exatamente estas: “A Caixa Econômica é *muito rigorosa*”. Há muitas reclamações nesse sentido, de que existe uma exigência muito grande, de que o processo é muito burocratizado em função das exigências que os manuais dos diversos programas do Governo Federal impõem.

E o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é especificamente a colocação que V.Exa. faz, tem, sim, um formato segundo o qual delegamos, outorgamos à Caixa Econômica a operação do programa. O Programa Minha Casa, Minha Vida hoje é operado não só pela Caixa, porque passamos a ter também o Banco do Brasil como novo agente operador, nas suas diversas faixas. A única exceção que temos é o Sub 50, que, repito, é um programa de natureza diferenciada, concebido aqui na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, por emenda do Deputado Presidente Henrique Eduardo Alves, que criou essa natureza diferenciada da subvenção ao beneficiário final.

Então, há, sim, um rigor muito grande por parte da equipe técnica da Caixa, com relação aos programas, não só à avaliação dos projetos. Evidentemente, também há a própria autorização do órgão municipal. A Prefeitura faz a sua avaliação do projeto também. Existe uma responsabilidade técnica da engenharia



das Prefeituras, que dão o alvará de construção para esse tipo de empreendimento. Mas há todo o acompanhamento da Caixa em relação a essas obras.

Em alguns locais — e V.Exa. citou o exemplo de Niterói e outros —, onde efetivamente se constata a falha, ou de construção de engenharia, ou de projeto, nós do Ministério fazemos a apuração. Se existe falha por conta do agente operador, nós o acionamos, para que não haja prejuízo ao Erário — ou seja, os recursos públicos estão assegurados, nesse instante. E, se há falha do construtor ou do processo construtivo, como foi, por exemplo, o caso de Niterói, é acionado o construtor, e ele arca com a reparação ou com a restituição dos recursos, se for o caso, do empreendimento. Mas é importante destacar que há realmente um critério bastante rigoroso.

Já vou entrar no tema que a Deputada Nilmar Ruiz coloca, que é importante, mas quero dizer antes que nós avançamos muito inclusive na questão da qualidade. Quando falamos em abrir um *call center* para ouvir a demanda ou a reclamação da população, é exatamente no sentido de aprimorar o programa e corrigir ainda mais as possíveis falhas, seja de processo construtivo, seja de projeto ou mesmo do programa como um todo. Essa interlocução com a população é muito importante, porque nós estamos trabalhando para aquele consumidor. E eu estou tratando como consumidor, porque o brasileiro está ficando, a cada dia, mais exigente. E acho que é consumidor mesmo, do poder público. Acho que o poder público tem que fazer melhor do que o setor privado, até porque, por ser público, tem respeito pelos recursos públicos.

Essa consciência nós temos, e é nessa linha que trabalhamos. Criamos, no Ministério, um programa voltado somente para a qualidade. Contamos com a participação do setor produtivo, das entidades representativas da sociedade civil, que discutem o que está acontecendo na ponta. O Conselho Nacional das Cidades, que conta com a participação de toda a sociedade brasileira, pauta inclusive as demandas dos movimentos pela moradia, pauta qualquer tema, ou demanda, ou problema. Esses temas são trazidos também para esse ambiente de debate, e vamos aperfeiçoando o programa. Porque é um programa novo, tem 4 anos de existência. Evidentemente, depois de lançado, segue-se sempre aperfeiçoando esse programa. O programa não é estático, ele é dinâmico e precisa avançar. E, a cada



nova demanda, a cada nova necessidade, nós estamos trabalhando para o seu aperfeiçoamento.

Mas há, sim, de forma muito clara, esse controle por parte da Caixa Econômica e, agora, também do Banco do Brasil, que começou a contratar no ano passado, com relação ao programa.

Temos feito de forma praticamente rotineira — e os números do programa são realmente expressivos, Deputado Flaviano —, quando se registra algum tipo de problema em determinado empreendimento, ou quando somos acionados, ou quando o próprio Ministério aciona tanto a Caixa Econômica quanto a nossa própria engenharia para fazer a averiguação, a verificação do tipo de problema que existe. Isso passou a ser rotina nossa. Tanto é que estamos fazendo também pesquisas com os clientes do Programa Minha Casa, Minha Vida, com os usuários. Além do *call center*, estamos fazendo pesquisas constantemente para saber qual é a percepção de quem está recebendo o imóvel, para saber se ele está satisfeito com o imóvel, com o nível de acabamento do imóvel, com o nível de projeto do imóvel. Essa é outra coisa com a qual estamos trabalhando de maneira muito forte: melhorar a concepção de que, porque se está fazendo um imóvel para a população de baixa renda, o projeto tem que ter aquela concepção antiga de casa de conjunto, o que conhecíamos antigamente. Hoje, com a tecnologia disponível no mercado, na indústria da construção civil, você pode criar efetivamente instrumentos de melhoria tanto do projeto quanto da própria execução, para fazer uma moradia de qualidade. E quem disse que, por ser de baixa renda, não tem que ser de qualidade? Acho que tem que ser de qualidade mesmo. É essa a percepção que nós temos.

Quero fazer um agradecimento ao nosso Líder Arthur Lira pelo registro que fez aqui em relação ao nosso trabalho e ao de toda a equipe do Ministério.

Aliás, eu falhei no início, Sr. Presidente, e gostaria de destacar a presença da nossa Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, que está aqui conosco; do nosso Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Osvaldo Garcia; do nosso Secretário Nacional de Programas Urbanos, Leodegar Tiscoski. O nosso Secretário de Mobilidade está hoje em Fortaleza, onde vai acompanhar o jogo logo mais. Estamos acompanhando cada evento da Copa, estamos fazendo o



acompanhamento em cada estádio. Mas a Diretoria de Mobilidade está aqui presente, participando deste instante.

Com relação ao que a Deputada Nilmar Ruiz colocou, acho que é perfeito. O pós-entrega, de que eu falava anteriormente, é a grande preocupação que nós temos hoje. Primeiro, é avançar no conceito de moradia digna, que é isso que estamos falando, melhorando os projetos — pode-se acomodar de forma melhor os cômodos dentro da habitação, trazendo para dentro dos projetos a melhoria tecnológica, a inovação tecnológica e a eficiência energética, a eficiência dentro de cada projeto, do ponto de vista da sua consecução, que também é uma preocupação nossa; utilizar materiais que, do ponto de vista da sustentabilidade, são melhores, são corretos — estamos testando, tanto no IPT quanto nos institutos de avaliação, esses materiais; utilizar as novas tecnologias nos empreendimentos, para fazer mais rápido e entregar mais rápido, desde que isso seja amplamente testado e aprovado. Os próprios institutos fazem essa avaliação, depois a própria Caixa Econômica também faz essa avaliação, para a homologação dessas novas tecnologias; e o foco principal: evitar o fenômeno do abandono.

Inclusive, em muitos países, esse fenômeno se registrou. Estivemos visitando o México e vimos alguns empreendimentos abandonados. Por quê? Porque ficou inviável do ponto de vista da habitabilidade. Ora, se não há possibilidade de transporte para o deslocamento necessário para o trabalho; se não há colégio nem creche para os filhos; se não há hospital, posto médico, se não há saúde ali disponível, fica inviável morar numa localidade como essa. Por isso, esse conceito de habitabilidade. Deve haver qualidade na unidade habitacional e também no plano em que ela está inserida, no território em que ela está inserida. Esse é o conceito que nós temos perseguido, que temos discutido com muitos países que testaram já experiências nessa área de habitação. Trocamos muitas experiências em relação isso. Temos ouvido a sociedade como um todo, discutindo com o setor produtivo. Todos os meses, nós debatemos com quem está na ponta fazendo a produção habitacional, com Prefeituras e Governos dos Estados. E isso, sem dúvida nenhuma, tem-nos ajudado a fazer o aperfeiçoamento de um programa que está em franco processo de evolução, de aperfeiçoamento.



E a preocupação com toda essa inserção de habitabilidade também culmina com a entrega do imóvel. Aí nós passamos a tratar daquilo que V.Exa. colocou, Deputada, do fenômeno do pós-uso. Ou seja, é entregar o imóvel e fazer com que as pessoas que ali estão morando cuidem desse imóvel, que cuidem do patrimônio que estão recebendo, que tenham a compreensão de que a área comum, que é do condomínio, pertence a elas e de que o zelo por esse patrimônio vai fazer com que seja preservado aquilo que elas estão recebendo: o sonho concretizado da casa própria. Há realmente essa preocupação.

Então, nós temos, sim, um programa de pós-uso que faz o acompanhamento. É bancado pelo Governo Federal — nós fazemos esse investimento. Nós estamos querendo inclusive ampliar o prazo de pós-uso, que hoje está em torno de 6 meses. Queremos passá-lo para 1 ano, até que nós possamos emancipar, vamos dizer assim, os nossos empreendimentos. E isso passa pelo processo de conscientização, de capacitação das próprias pessoas, para formarem e fazerem o gerenciamento dos condomínios desses empreendimentos. Então, esse é o foco. Já existe, repito, esse controle. E nós estamos acompanhando.

É importante destacar que também participam desse processo o poder público municipal e o poder público estadual. Essa atribuição, no programa, era do poder público municipal, mas, em algumas localidades, isso não estava efetivamente funcionando. E nós entendemos que deveríamos ter essa participação efetiva, até que pudéssemos emancipar esses empreendimentos. Mas existe, sim, essa preocupação.

O nosso querido Deputado Ademir Camilo fez referência à demora nos processos da Caixa. Foi a ponderação que V.Exa. fez. Nós todos tínhamos essa mesma compreensão. Vou dar um exemplo: num contrato pequenininho, de 500 mil reais, entre a contratação e a entrega da obra, nós tínhamos um período de 3 anos. Nem era de 1 ano e meio o período de maturação desses contratos. Isso, sem dúvida nenhuma, criava toda sorte de problemas, até numa questão importante, a do próprio andamento da obra. Muitas vezes se iniciava a obra e, por causa da demora nas tratativas do processo, havia uma adequação de preço — eram 3 anos de diferença — que muitas vezes inviabilizava a contratação. E a obra ficava parada em função de uma demanda, de aditivo que, em caso de convênio, não se permite



fazer. A obra ficava paralisada, criando problemas para todos, para nós do Governo, para a Prefeitura e para a sociedade como um todo, que, afinal, era a mais penalizada.

Nós fizemos uma discussão com a Caixa sobre a contratação, além daquele efetivo, de mais 1.500 engenheiros e técnicos da área de infraestrutura.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Mas há Municípios, Deputados, em que hoje... Se se concentra nas GDUS... E houve também, por demanda nossa inclusive, o aumento de algumas GDUS — e outras estão sendo ampliadas agora, em alguns Estados —, para dar suporte a essa tramitação, dentro desse processo. Isso está avançando, a Caixa está ampliando.

A medida de colocar o Banco do Brasil também veio ao encontro da utilização de outra estrutura. Começamos no Minha Casa, Minha Vida e já estamos testando em outros programas, que deverão também ser operacionalizados pelo Banco do Brasil, para dar agilidade ao processo. Eu acho que isso é fundamental. Na verdade, nós precisamos que esse processo ande rápido.

Mas acho que, com essas duas medidas — a Portaria nº 507... E esse era um grande problema: o efetivo demorava muito. E V.Exa. coloca muito bem. Por quê? Porque, para chegar a 50% da obra, um engenheiro da Caixa ia 10 vezes até a obra, em média. Dessa parte, com essa nova sistemática, nós tiramos essa pressão. Ou seja, um engenheiro da Caixa, agora, a uma obra ele vai no máximo três vezes. Então, se ele demorava dez vezes para averiguar 50% da obra, agora, 30% do que usava para os 50% ele está usando para todo o processo, desobstruindo esse gargalo. Acredito que, efetivamente, já estamos sentindo isso, do ponto de vista da operacionalidade. No próprio Ministério, havia demandas quase todos os dias, inclusive de vários Parlamentares: “*Estou com problemas em relação a essa obra, que está sem medição. A Caixa tem de ir medir.*” E era aquela pressão, sobre essas medições.

Acredito que, com essas medidas, nós avançamos bastante e vamos ter um resultado muito positivo em 2013, visto que estamos pagando já praticamente todo o ano de 2011.



Aproveito esse gancho que V.Exa. me dá para relembrar a questão do contrato com cláusula suspensiva. É única coisa que está travando, para que possamos cumprir a totalidade dos contratos que foram firmados. Se, nesses contratos, forem cumpridas as cláusulas suspensivas, vamos depositar os 50% desses contratos. Isso vai facilitar todo o processo.

E estamos acompanhando, sim, a questão do FGTS. Estamos trabalhando na questão da Taxa Referencial. Temos acompanhado com um olhar bastante detido essa questão, para que não haja prejuízo para ninguém, até porque o FGTS tem sido um dos grandes instrumentos de investimento numa área tão importante como essa, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, há preocupação nossa. A Secretaria Inês e eu estamos sempre discutindo isso, ou seja, como fazer um processo de retroalimentação que preserve o nosso FGTS, para que não haja comprometimento dos nossos trabalhadores, muito menos desse instrumento que tem possibilitado, sem dúvida nenhuma, a utilização das políticas habitacionais e de outras políticas — de transporte, de mobilidade e de saneamento — que são extremamente importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito bem, Ministro. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, Deputado Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar a presença do Prefeito de Criciúma, o nosso amigo Márcio Búrigo — seja bem-vindo —, do nosso sempre Deputado Leodegar Tiscoski — seja bem-vindo às nossas Comissões; estão reunidas três Comissões neste momento; do Dr. Daniel Harger, Presidente da Comissão de Estudos Jurídicos e Legislativos da OAB de Santa Catarina; e da Dra. Leatrice Mendonça de Oliveira, membro da mesma Comissão. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Devolvo a palavra ao Deputado Sérgio Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Deputado Edinho.

Senhores que foram citados, sejam bem-vindos.



Prefeito de Criciúma, daqui a alguns dias, no verão, vou instalar-me na tua terra e vou ficar uns dias na tua casa. Foi o Deputado Edinho que me convidou. Está bem? (Risos.)

Ministro, antes de passar a palavra ao Deputado Presidente Otávio Leite, gostaria que a sua equipe de habitação... Nesta Casa há um projeto, do Deputado Tiririca, que fala da residência para o pessoal circense, para os itinerantes que moram em circos, em *trailers*, em *motor-homes* de péssima qualidade, que também são brasileiros; para o pessoal que trabalha em obras e normalmente se desloca; para o pessoal que monta *shows* pelo País. Enfim, precisamos fazer um estudo sobre isso. Esse projeto do Deputado Tiririca trata também do financiamento de *motor-homes* e *trailers* para pessoas do circo e similares.

Tem a palavra o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Otávio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Sérgio Moraes.

Bom dia, Deputado Edinho Bez.

Eminente Ministro, cabe o registro — necessário, no meu entendimento —, de que, embora sejas titular de um importante cargo da República, antes de mais nada, V.Exa. é um de nós, é um Parlamentar, representante do povo brasileiro.

Queria dizer da satisfação de poder dialogar e trazer algumas ponderações a essa reunião que fazemos conjuntamente.

Vou ser bem objetivo. Eu me puto sempre por identificar, na execução orçamentária, efetivamente, o que de fato está acontecendo, do ponto de vista concreto. Então, objetivamente, partindo de 2012, o que observamos? O Programa Minha Casa, Minha Vida é classificado com a denominação "Moradia Digna — 2049" e tem um viés substantivo no Orçamento do Ministério das Cidades, embora outros Ministérios também integrem.

No âmbito do Ministério das Cidades, no exercício de 2012, a previsão autorizada para ser executada, para ser gasta, era de 16,5 bilhões. No entanto, no exercício de 2012, até 31 de dezembro do ano passado, apenas 2,7 bilhões foram efetivamente pagos, ou seja, 16% foram executados. É bem verdade que há empenhos que não se consumaram, ou seja, foram inscritos como Restos a Pagar.



A primeira indagação que se faz é em relação a esses 9,8 bilhões de Restos a Pagar, em face do Programa Minha Casa, Minha Vida, tendo em vista que a execução prevista no exercício de 2012 não se consumou.

O desenho orçamentário para este exercício... Sabemos que o Ministério tem uma musculatura maior: inicialmente, previa-se um orçamento de 25 bilhões, e ele foi para 31,5 bilhões. O que identificamos no Programa Moradia Digna do Ministério, neste exercício de 2013, é uma autorização de gastos de 17,7 bilhões. No entanto, até o momento — e nós já avançamos para o meio do ano —, não houve qualquer empenho. Zero de empenho. Em consequência, nenhum valor foi pago. Portanto, é forçoso afirmar que a execução orçamentária é nula, até o momento, no exercício de 2013, compatível ao Orçamento de 2013.

Há algum tipo de cerceamento do Ministério do Planejamento? Há algo que possa ser traduzido num óbice, numa barreira, de que a Câmara precisa tomar conhecimento, em face da não execução orçamentária deste exercício de 2013, conforme o previsto? Era de 17,7 bilhões, e não se executou nada. Bom, esse é um ponto do eixo-macro.

Recentemente, em abril, os jornais trouxeram notícias sobre supostas fraudes no Programa Minha Casa, Minha Vida, havidas no exercício de 2011. Portanto, muito antes de V.Exa. assumir o Ministério. É óbvio que, quando se assume uma instituição dessa magnitude, herdam-se os problemas, os desafios e, enfim, as perspectivas de solução. O fato traduzido na grande imprensa chamou muito a atenção desta Casa, e a Comissão de Combate ao Crime Organizado houve por bem aprovar requerimento para convidar o Ministério, a fim de que pudesse trazer mais alguns dados. V.Exa. como que já deu alguns sinais, na sua palavra inicial, sobre as providências adotadas.

Eu queria só registrar que estamos falando de uma operação que se deu no âmbito dessa modalidade nova, a Sub 50, em que a oferta pública se instituiu, e uma empresa, intitulada RCA, que recebeu, naquela ocasião, uma perspectiva de gastos da ordem de 31 milhões, foi objeto de vários questionamentos de outras empresas chamadas por ela para executar obras, em especial no Estado do Pará. Vários foram os Municípios em que se apresentaram problemas, basicamente de não entrega daquelas obras que foram licitadas. Várias empresas, como eu disse,



levaram a público um questionamento direto à postura ética dessa empresa RCA. Uma delas, a KL Construções, já dizia que chegou a pagar como propina 400 mil reais; a Del Rey teria pago como propina 570 mil reais. São dados extraídos de declarações dos proprietários dessas empresas.

Nós da Comissão chamamos as empresas para, em audiência pública, terem a oportunidade de falar, de abordar, de se defender, e por aí vai, mas nenhuma delas acolheu o requerimento que a Comissão propôs.

Bom, essencialmente, pelo que se apresenta no conjunto de informações trazidas pela grande imprensa, há uma espécie de “guarda-chuva” dessa empresa chamada RCA. Portanto, daí uma série de desdobramentos de fraudes, de infrações contratuais e — por que não dizer? — até de explícitas posturas de corrupção.

Eu queria saber, basicamente — e acho que era bom a Casa saber, a sociedade saber —, se o Ministério tem uma informação atualizada sobre essas providências da sindicância interna e sobre o que a Polícia Federal já veio apurando em relação a isso.

É preciso realmente ser muito rigoroso em relação a isso porque é um programa de uma magnitude gigantesca, e é preciso que ele não seja vulnerável aos desvios que a espécie humana provoca. Sabemos que é um problema.

A pergunta era nesse sentido, Ministro. Se V.Exa. pode nos dar mais informações sobre os dados atualizados em relação à Polícia Federal, aos processos, sobretudo à sindicância interna que apurou todo esse desvio de recurso público e sobre essa ausência de execução de obras que foram contratadas com recursos públicos.

E sobre essa empresa, a RCA, a pergunta que eu faço é a seguinte: ela prossegue contratando com o Ministério ou ela foi obstruída de contratar com o Ministério? A pergunta eu acho que seria útil para nós podermos ter a atualização de um fato, ou das informações relativas a um fato que preocupa a todos, a começar pelo próprio Ministério, que não quer em hipótese nenhuma desvios na execução das obras que são contratadas com recursos públicos.

Então, em síntese, era isso. Mas, ao mesmo tempo, queria cumprimentar V.Exa. pela predisposição democrática de vir a esta Casa, de maneira muito aberta, conversar e trazer informações sobre os mais variados aspectos da sua Pasta.



Só fecharia com o seguinte: em relação a um dispositivo que nós aprovamos na lei — e aí já é outro aspecto do Minha Casa, Minha Vida —, que determina um percentual para residências destinadas a pessoas com deficiência e idosas, V.Exa. tem alguma ideia se esse percentual está sendo cumprido? Se não me engano, era de 2%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Quero agradecer ao Deputado Otavio Leite e passar a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Boa tarde a todos que se encontram aqui, já depois do meio-dia.

Quero cumprimentar os Presidentes das três Comissões que realizam, no dia de hoje, esta audiência pública: Deputado Edinho Bez, Deputado Otavio Leite e Deputado Sérgio Moraes.

Quero cumprimentar o nosso Exmo. Ministro das Cidades, o também Deputado Aguinaldo Ribeiro, parabenizando-o pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente desse Ministério tão importante que executa diversos programas bastante importantes para o desenvolvimento dos Municípios do nosso País.

Quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados que se fazem presentes e todos os assessores.

Dia a dia, nós sabemos, de agora em diante seremos cobrados, como agentes públicos, pela melhor qualidade dos serviços prestados, de todos os serviços públicos, seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área do transporte, seja na área da segurança. Nesse viés, sabemos que um dos grandes clamores da sociedade é o transporte público de qualidade, é a mobilidade urbana. Sabemos, pois criamos aqui, através da Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Subcomissão que acompanha as obras de mobilidade urbana para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo. Sabemos que, em todas as sedes da Copa do Mundo, nas 12 cidades, há obras de mobilidade urbana, sejam as do BRT, sejam as do VLT, sejam as do metrô, sejam as novas avenidas, seja o alargamento de avenidas. Até hoje, apenas 22% dessas obras foram concluídas.

A pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: esses projetos terão continuidade? Ficarão prontos para a Copa do Mundo? E, quanto aos que não



ficarem prontos, será dada continuidade à execução desses projetos? Porque sabemos que esse será o legado que ficará para o Brasil desses megaeventos que serão realizados no nosso País.

Com relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos em que todos os Municípios terão que ter aterros sanitários prontos para 2014, há alguma previsão de projetos para a construção de aterros sanitários já a partir deste ano de 2013?

Sabemos também que os Prefeitos têm encontrado muita dificuldade com o pacto federativo que temos hoje em que 72% dos impostos pagos pelos cidadãos ficam com o Governo Federal.

Existe algum programa para a realização de asfalto novo ou recapeamento? Inúmeros Prefeitos têm tido dificuldades de investimentos nas suas cidades.

Com relação a asfalto, asfalto novo ou recapeamento — nós temos inúmeras cidades, mais de 90% das cidades brasileiras têm menos de 50 mil habitantes —, há algum projeto nesse sentido dentro do Ministério das Cidades?

Essas são as minhas indagações para o ilustre Ministro das Cidades, Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Deputado.

Atendendo ao pedido do Deputado Otavio Leite, vou passar de imediato a palavra para o Ministro para que S.Exa. possa responder aos dois Deputados que antecederam.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Bem, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade dos questionamentos. Acho que isso é muito importante. Agradecer ao Deputado Otavio Leite a colocação que fez.

É bastante oportuna essa questão da execução orçamentária. Acho que isso é fundamental, até porque o próprio noticiário, há algumas semanas, deu conta do corte no orçamento. Na verdade, nós estávamos tratando do contingenciamento. Praticamente todos os anos existe um contingenciamento, que inicialmente foi feito em parte do orçamento do Ministério, mas precisamente nas emendas como um todo — emendas parlamentares, emendas de bancada, emendas de Comissão —, que passaram a ser descontingenciadas, inclusive ontem. Ontem, tivemos uma publicação de limite orçamentário de quase 500 milhões de reais, 495 milhões, salvo



engano. Ou seja, parte desse orçamento que estava contingenciado já está descontingenciado.

Voltando à pergunta específica do Deputado Otavio, que é com relação à execução de 2012 e 2013, nós tivemos na verdade uma situação diferenciada em razão da não aprovação do Orçamento no exercício de 2012 e da edição de uma medida provisória utilizando parte do Orçamento de 2013 para a consecução da execução orçamentária. Ou seja, não houve interrupção das transferências do Orçamento de 2013 com relação àquilo que estava definido em 2012.

Na verdade, em 2013, nós não tivemos uma ampliação de 25.8 bilhões para 31 bilhões. O que houve foi a utilização daquela medida provisória, que foi editada no final, — acho que em novembro, se não me engano setembro, outubro, do ano passado, 2012. Essa medida provisória estava em vigor há 15 dias, quando caíram aquelas nove medidas provisórias que a Câmara aprovou, mas o Senado não. E em razão disso aqueles recursos que estavam contemplados da medida provisória são exatamente os recursos que foram destacados na medida provisória se utilizando do Orçamento de 2013. Não sei se estou sendo claro, Deputado Otavio. O que houve foi uma situação extremamente diferenciada. Como o Orçamento não foi votado em tempo hábil e nós precisávamos manter os programas, o Governo editou a medida provisória para manter essas transferências. Inclusive, a própria imprensa também fez esse registro de que nós teríamos aumentado o nosso Orçamento de 26 para 31 bilhões, o que na verdade não houve. Foi somente uma questão operacional que fez com que o Ministério tivesse utilizado. E não só o Ministério das Cidades, outros Ministérios também utilizaram essa MP, e houve, vamos dizer, essa impressão de termos avançado no orçamento. Então, em razão disso é que houve essa diferença de volume.

A questão entre o empenho, que V.Exa. coloca com muita razão, — e é bom explicar isso —, daquilo que está empenhado para o que efetivamente é executado é uma razão muito simples. É que nós fazemos o empenho do contrato. Quer dizer, à medida que a gente faz o contrato de repasse, nós fazemos o empenho dos recursos. E há um comprometimento orçamentário por obrigação, inclusive, de delegação da própria LRF. Nós não podemos contratar sem que haja a devida previsão orçamentária e financeira para cumprir aquele contrato.



E o que acontece? Nós fazemos esse empenho — e foi o que foi feito —, e passamos a fazer a liquidação desse empenho, ou seja, o pagamento, em razão da execução do contrato.

Se V.Exa. acompanhar a execução de 2012, vai ver que nós tivemos um pagamento de Restos a Pagar praticamente semelhante aos 16 bilhões daquilo que tivemos. Por quê? Porque foram as obras que nós contratamos. E como são obras que demoram, em média, 18 meses a mais, porque são obras grandes, estou me referindo mais a obras do PAC e Minha Casa, Minha Vida, essas liquidações vão se dando no decorrer da execução contratual.

Quando você fala assim: a execução do Ministério — eu já ouvi muito esse comentário — foi pequena. Essa é uma percepção equivocada, porque, quando se faz assim, se faz baseado simplesmente no próprio exercício. Ou seja, pega-se o orçamento deste ano, como V.Exa. traz o exemplo de 17,7 bilhões de reais, e a gente só considera como execução a liquidação desses 17,7 bilhões, o que não é verdade, porque nós estamos executando financeiramente aquilo que foi contratado no ano anterior, até porque eu não posso pagar uma obra que ainda não foi feita.

Então, nós fazemos o empenhamento para fazer a liquidação no momento. Por isso que há esse *delay* daquilo que está empenhado com aquilo que efetivamente é pago. Mas, por exemplo, em 2012, do total do Ministério, nós tivemos uma execução de 98% do orçamento. E aí eu falo com relação àquilo que foi contratado, ou seja, àquilo que a gente empenhou, que efetivamente foi demandado e nós contratamos. O que não significa dizer que, desses contratos, eu liquidei esse valor. Evidentemente que não, até porque nós temos aí um cronograma de execução dessas obras.

Portanto, não há, assim, um cerceamento do MPOG. Nós estamos trabalhando de forma harmoniosa. Inclusive, nós temos demandado os valores que contratamos e o Tesouro tem enviado esses recursos para que nós possamos liquidar os contratos. E, graças a Deus, isso não tem sido motivo de interrupção, de atraso em nenhum desses contratos.

Com relação à oferta pública, e é o motivo da denúncia que houve e que V.Exa. também oportunamente faz esse questionamento, é importante destacar



primeiro o seguinte: não existe contrato com a RCA. Ou seja, não existe nenhum vínculo do Governo com a empresa RCA.

Essa empresa é contratada, o correspondente bancário, como chamam, é contratado pela instituição financeira, pelo agente financeiro. A nossa relação, via leilão, é um leilão que nós fazemos, um leilão de oferta pública, em que participam todas as instituições financeiras, como se diz, habilitadas pelo Banco Central, ou seja, não é qualquer instituição financeira. Primeiro, ela precisa passar pelo processo no Banco Central; a partir daí, ganhando o leilão, ela faz um contrato conosco de operacionalização da subvenção. Ou seja, nós estamos dando subvenção ao beneficiário final e cobramos dele a entrega do produto que é a casa, aquilo que está sendo contratado. Então, não existe essa relação. Essa relação é da instituição financeira para lá. Ou seja, nós não temos relação com a RCA, nós não licitamos a RCA, não contratamos a RCA. Isso se dá com o agente financeiro do banco. Ele pode contratar qualquer correspondente bancário para fazer essa relação da operacionalização da subvenção.

Então, do ponto de vista da investigação, nós estamos aguardando. Acho que nos próximos dias estaremos recebendo a sindicância, a auditoria da CGU com relação ao programa como um todo. Nós estamos aguardando. Vai demorar mais um pouquinho porque nós pedimos uma amplitude ainda maior daquilo que tínhamos demandado anteriormente, mas estamos recebendo. E estamos aguardando a conclusão da investigação pela Polícia Federal. Assim que recebermos esse material, obviamente vamos disponibilizar para que sejam tomadas as providências devidas, de acordo com a apuração que for feita.

O importante disso tudo é ressaltar que, primeiro, a relação que nós temos é com a instituição bancária, financeira, que faz a operação. O Banco Morada, por exemplo, foi um banco em que nós tivemos problema, porque o banco faliu. E ele vinha num processo de pagamento, vinha num processo de construção, e ele teve comprometidas cerca de 5 mil moradias que estavam em processo de produção, e essas moradias pararam. E qual foi a nossa grande preocupação? Primeiro, recuperar o recurso, e foi isso que nós fizemos. Agora, a Justiça nos devolveu os 21 milhões, decidiu por devolver mais de 20 milhões, para que nós possamos terminar esses empreendimentos que estavam paralisados, via Banco Morada. Em qualquer



face, por exemplo, a não entrega de um produto, nós acionamos a instituição financeira via Banco Central e Sistema Financeiro, e via os instrumentos que temos, contratuais, que, inclusive, atrelam ao próprio patrimônio não só do banco, mas também de seus acionistas. Então, esse é o processo que foi construído na natureza da subvenção. Mas nós estamos aguardando que seja apurado. E o que foi levantado, é importante destacar, por isso a sindicância, é a relação não em 2011, mas em 2008, a possível relação — eu não posso afirmar, só quando receber os relatórios da investigação — de alguns funcionários, à época, no Ministério, que teriam saído do Ministério para trabalhar num programa que iria nascer depois, porque, na verdade, em 2008 ainda não existia o Minha Casa, Minha Vida, só começou a existir a partir de 2009. Então, esse conflito de interesses, que pode ter existido, está sendo também averiguado nessa investigação. Nós estamos trabalhando com todo o rigor possível para que todas essas questões sejam elucidadas, e que, se houver responsável, possa ser penalizado, na forma da lei.

Com relação ao Deputado Heuler, V.Exa. traz um tema extremamente importante, que é o tema da mobilidade urbana. É importante destacar, eu falava há pouco que nós tivemos um processo de interrupção nesse tipo de investimento no País; tivemos um processo, inclusive, de desmobilização das estruturas de projetos, escritórios de projetos, de pessoas que trabalhavam na questão da mobilidade, e que passaram a trabalhar em outras áreas exatamente por não haver um programa de investimento no País. Isso é fato. Quando houve a retomada desses investimentos, foi criado o programa, mas houve um hiato, até a apresentação dos projetos da natureza da mobilidade urbana. Incialmente, nas 12 cidades-sede da Copa, depois ampliadas para as outras 100 cidades que estão sendo atendidas hoje no programa, no País todo, as cidades maiores de 250 mil habitantes, até os grandes centros.

Nós temos, hoje, 22%, e já temos mais hoje. Recebi hoje uma posição atualizada. A nossa equipe, repito, está em Fortaleza. Já temos hoje um número maior de desembolso efetivo dos contratos de mobilidade urbana. Só para se ter uma ideia, em dezembro nós tínhamos 6% de desembolso. Por quê? Porque há um *delay*, há uma demora exatamente na elaboração dos projetos, no licenciamento, que não é fácil de fazer. Por exemplo: em São Paulo nós temos uma obra em



parceria com o Governo do Estado, o monotrilho, é uma obra que se discutiu até com a própria sociedade. Havia gente que achava que não deveria ter o monotrilho passando naquele traçado. Então, são obras de intervenções complexas, que demandam, primeiro, a relação com a própria sociedade em assimilar essa obra no modal em que ela for escolhida, como é o caso de monotrilho. Por exemplo, algumas cidades fizeram restrição a esse tipo de modal.

Então, isso tudo contribuiu para quê? Para que se tivesse uma demora no processo de início de obra. Esse é o fato que eu julgo importante destacar.

Temos outras naturezas. Por exemplo, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, grandes centros, nós temos dificuldade até da própria execução. Vou dar um exemplo. Estamos trabalhando agora no VLT do Rio de Janeiro, do Porto Maravilha. Nós firmamos agora a parceria público-privada para fazer o VLT, um investimento de 1 bilhão e 200 milhões; temos ali um aporte de 532 milhões do Governo Federal. Nós vamos utilizar a perimetral que existe no porto. E não há como fazer a execução agora da perimetral porque tem que se dar alternativa de construção, para que os veículos possam utilizar outra via que está sendo construída. Até que essa via esteja pronta, temos que desviar o trânsito, fazer a implosão da perimetral, que vai dar uma nova dimensão àquela área portuária no Rio, e efetivamente termos a obra.

Estou citando um exemplo, mas poderia passar o dia aqui citando "n" exemplos de intervenções que têm um grau de complexidade muito grande, porque nós temos que executar a obra. É mais ou menos aquela alegoria que a gente diz de trocar o pneu com o carro andando. As obras de mobilidade têm essa característica de ter que se fazer evitando o máximo de transtorno possível, porque uma obra dessas tem transtorno, principalmente num grande centro, e se criando a condição para evitar esse impacto do transtorno para a população.

Mas as obras da Copa — voltando à questão da Copa, que V.Exa. coloca — que permaneceram na matriz de responsabilidade estão avançando. E é importante destacar outra coisa. Essas obras de mobilidade, na verdade, não são para os turistas. Essas obras são para os donos da casa. Nós estamos fazendo essas obras para os brasileiros, para as pessoas que vão estar aqui, que vão precisar de um transporte público de qualidade. Nós tivemos alguns instrumentos que foram



positivos, por exemplo, o RDC, que é um instrumento positivo do ponto de vista de acelerar esse processo de investimento, sobretudo da licitação. Gostaria de destacar isto: o grande legado é para o povo. É mais ou menos aquela figura de uma festa que estamos organizando: nós estamos trabalhando na casa, e, quando acaba a festa, o investimento que foi feito fica para os donos da casa. Nesse caso, é a nossa perspectiva. Tanto é — e aí eu quero fazer um destaque porque eu estive nesta Comissão falando sobre cada uma das obras da Copa — que as obras que saíram da matriz de responsabilidade, ou seja, que não estão mais no cronograma da Copa, continuam no PAC. Nós migramos essas obras para o PAC, e elas continuarão sendo executadas num outro calendário. Mas permanece o investimento. Ou seja, não é o fato dessa obra estar programada para a Copa, ou ela não atender o calendário da Copa que nós perderemos o investimento. Nós estamos mantendo o investimento num outro calendário para a sociedade brasileira, que é, repito, o fim de todos esses programas.

Em relação a resíduos sólidos, nós temos um tema importante, que é a questão das datas. E aí eu quero chamar a atenção desta Casa, e foi muito boa essa oportunidade que V.Exa. nos dá. Nós tínhamos um calendário na lei, de resíduos sólidos, até 2012, para cumprimento da elaboração dos planos municipais de resíduos sólidos. Nós temos um dado preocupante: até hoje só 10% dos Municípios cumpriram esse prazo.

Pela lei, mesmo que hoje nós disponibilizemos os programas de resíduos sólidos para se fazer em parceria com os Municípios, só terão acesso aqueles que fizeram os seus planos de resíduos sólidos em agosto de 2012. Portanto, só 10% dos Municípios, o que comprometeria um plano de investimento de resíduos sólidos no Brasil como um todo.

E nós temos 2014 também definido em lei para que o investimento esteja concluído.

Os Municípios que fizeram em 2012 cumpriram. Em 2013 estão fora do prazo de 2012, ou seja, portanto, ferindo o que a lei determinou. Porque, neste caso, de forma específica, a lei destacou as datas. Ela geralmente se faz na lei, com a delegação, por decreto, para se estabelecer as datas.



Nesse caso da legislação de resíduos sólidos, o legislador colocou a data para cumprir cada etapa. E ali está o plano municipal e, em 2014, a efetiva conclusão dos investimentos.

Então, é uma preocupação que nós temos hoje. Nós estamos hoje com apenas 10% dos Municípios tendo atendido a legislação. Ou seja, 90% dos Municípios brasileiros estão hoje, por lei, impedidos de operar com acesso a programas de investimento para a questão de resíduos sólidos.

E acho que aí, não sei, sugiro, é um tema que acho interessante discutirmos aqui na Comissão. Esse é um tema realmente muito importante, que, sem dúvida alguma, vai estar na agenda do País.

O Ministério Público, em todo o País, está acompanhando atentamente esse desenrolar da questão dos resíduos sólidos, e acho que é um tema para esta Comissão discutir. É interessante a gente ficar à disposição para trazer toda a equipe, o Osvaldo Garcia com toda a equipe, e o Ministério. Disponho-me a estar presente fazendo esse debate, pois acho imprescindível.

Em relação a asfalto e recapeamento, nós tivemos uma seleção agora pelo PAC, que findou a inscrição no dia 5 de março. Havia um prazo. Nós tivemos 46 bilhões de inscrições. Foram muitos Municípios. Acho que todos os Municípios, se não todos, mas muitos Municípios se inscreveram. E está em fase de análise a ideia de que nós possamos, no início de julho, ou na volta do recesso do Congresso Nacional, ter já uma definição dessa seleção, que é o PAC pavimentação e requalificação de vias urbanas.

Esse é um programa de financiamento.

Os que não têm capacidade de endividamento, nós estamos atendendo via emendas parlamentares. Não sei como é que vai ser ainda a questão de emendas de bancadas e emendas de Comissão este ano. Eu torço que tenha.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Permita-me, Ministro.

Quero agradecer a atenção de V.Exa. Eu tenho que me retirar. Tenho outra Comissão. Vou deixar o Deputado Edson Santos, que é da Comissão de Segurança, me representando. Em seguida, tenho outra Comissão, mas, de qualquer maneira, queria registrar a importância da sua vinda. E tão logo esses dados lhe cheguem, nos informe, por gentileza, porque são da mais alta importância.



O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Vamos informar. Inclusive as seguintes providências que tomaremos também.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Pela ordem. Eu queria dar uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Acho que faltam poucos Deputados. Se for possível fazermos uma intervenção conjunta, até pelo adiantado da hora, pois já começou a votação no plenário. Minha sugestão é que concluamos a lista dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Temos aqui cinco Deputados inscritos. Acho de bom tom, porque daí encerraremos. Até porque o Ministro já está há bastante tempo falando.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Ministro.

Veja que o Ministro falou uma coisa muito importante há pouco. Para os Municípios que têm pouco poder aquisitivo, ele vai pagar as emendas parlamentares logo. (*Risos.*)

(Não identificado) - Sr. Presidente, está havendo votação nominal no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O próximo inscrito é o Deputado Edson Santos, do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, já pedi desculpas ao Ministro, pois tenho um compromisso. O pessoal do Ministério Público me aguarda no gabinete.

Uma coisa que tem chamado a atenção de todos nós é o motivo dessas mobilizações que estão acontecendo nas cidades do Brasil, principalmente nas capitais, que inicialmente foram motivadas pelo aumento das passagens de ônibus.

Observou V.Exa. os investimentos já realizados e os projetos com os quais o Governo Federal trabalha no sentido de melhorar as condições de circulação da população nas cidades, BRTs, VLTs, metrôs.



O grande hiato em tudo isso, Ministro, creio que é o financiamento do transporte público a partir de um subsídio. Quero que V.Exa. pense na oportunidade de o Governo Federal instituir um fundo nacional de transporte público voltado para subsidiar o transporte público no Brasil e, com isso, reduzir o custo das passagens pagas pela população.

A exemplo do que temos nas áreas de saúde, de educação, penso que o transporte é um elemento essencial na vida das pessoas. Acho que há uma deformação histórica no Brasil em que essa delegação não só foi passada ao setor privado, mas como toda gestão desse serviço passada ao setor privado. O que acaba se tornando uma atividade econômica vigiada de muito longe pelo poder público.

Acho que cabe, neste momento inclusive que o poder público, no caso do Rio de Janeiro faz investimentos vultosos nos BRTs e no VLT, que V.Exa. citou, no centro da cidade do Rio de Janeiro, na zona portuária, ao poder público assumir a gestão desse sistema. A operação é outra coisa, mas a gestão de como ele funciona, o quanto custa, o quanto deve ser remunerado o operador, penso que cabe ao poder público tomar as rédeas disso, e aí o subsídio evidentemente vai se justificar, na medida em que a transparência de custo vai demonstrar o tamanho do subsídio a ser oferecido ao sistema de transporte no Brasil.

De maneira que acho que não só de obra física o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais estão empenhados nas obras de mobilidade urbana, mas também o desenho na gestão do sistema de transporte público.

Não quero uma resposta de imediato, mas quero que V.Exa. pense na oportunidade, até tendo em conta essas mobilizações que ocorrem hoje no Brasil, de o Governo Federal se debruçar sobre uma política pública com esse fim, de cuidar da gestão do sistema de transporte público em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, vou pedir licença porque o pessoal do Ministério Público está em meu gabinete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Está V.Exa. liberado. O Ministro entende, é Deputado e sabe como fazemos.



Quero registrar, Ministro, a presença do Dr. Mounir Chaowiche, Diretor-Presidente da COHAPAR, do Paraná. Sem bem-vindo.

Os próximos Deputados inscritos são João Paulo Lima, Marcelo Matos, Manuel Rosa Necá e Weverton Rocha.

Passo a palavra ao Deputado João Paulo Lima

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente Sérgio Moraes, Ministro, Deputados, vou ser muito breve. Primeiro, gostaria de ter acesso a todas as informações sobre os investimentos nas cidades nas obras de mobilidade, até porque sabemos que por parte dos investimentos houve uma prioridade muito maior na construção dos estádios, onde haveria as partidas de futebol, diria até de que na mobilidade.

Houve uma situação extremamente delicada em Recife, por exemplo. Do ponto de vista da mobilidade, foi um horror, inclusive com muitas declarações de pessoas dizendo que não voltam ao estádio enquanto a questão da mobilidade não for resolvida.

Portanto, gostaria de ter acesso a todas as informações das principais obras, do total de investimentos nas obras de mobilidade no Brasil.

Acho que há a questão crucial da necessidade de reforma tributária. Digo isso como ex-Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, ex-Prefeito de Recife por dois mandatos. Dizia sempre que a realidade das nossas cidades é muito difícil. Quando assumi em 2001, Recife era uma cidade com um milhão e meio de habitantes, mas um milhão e cinquenta mil vivendo na pobreza ou abaixo da linha da pobreza.

A capacidade de investimentos da cidade é muito pouca. Para se ter ideia, isso não quer dizer que não investimos, até porque melhorou muito a arrecadação com o Governo do Presidente Lula. Mas o que houve paralelamente é que a principal obra hoje de mobilidade na cidade de Recife custa em torno de 500 milhões, que é a Via Mangue, e iniciei essa primeira etapa. Se não fossem as obras do PAC, essencialmente não haveria como dar continuidade a ela. Portanto, há essa questão.

Uma pergunta: há, do ponto de vista do Governo Federal, um pensar estratégico sobre a questão da mobilidade urbana com a ação integrada de diversos



Ministérios? Sabemos que não é só o Ministério das Cidades que pode responder a isso.

Digo isso porque fizemos um elenco de reivindicações que foi entregue ao ex-Presidente Lula e agora, acredito, que à Dilma, porque já prevíamos — deixei de ser Prefeito em 2008 — a perspectiva de um colapso. Nós advertímos sobre essa situação, apresentamos diversas propostas. Quero dar a sugestão ao Ministro de pegar esse elenco de sugestões que demos do ponto de vista da Frente Nacional dos Prefeitos em relação à mobilidade urbana, e a questão dos investimentos.

Diria acima de tudo que hoje há um franco aberto na sociedade brasileira, porque com a política de inclusão social, feita pelo ex-Presidente Lula, milhões de pessoas tiveram acesso aos serviços públicos. Hoje a reivindicação não é só do acesso, mas da qualidade do acesso.

Qual o grande problema do transporte público no Brasil? E tem que ser visto não só, diria, a mobilidade, o transporte, mas áreas como a saúde e educação. É um pai de família, uma mãe de família se deslocando de casa, enfrentando 1 hora, 2 horas, 3 horas de transporte coletivo, sem conforto algum. Muitas vezes as pessoas têm que se deslocar doentes dentro de ônibus lotados, com crianças, pessoas idosas, e hoje as pessoas não dão mais nem o lugar para os idosos, etc., o que leva a um nível de estresse muito grande dos trabalhadores. Então, há necessidade de se ter, em Regiões como o Nordeste, ar-condicionado dentro dos ônibus, porque você já chega ao trabalho completamente molhado de suor.

Fiz uma proposta, que está na Comissão, de uma grande discussão nacional sobre o transporte público. Espero que possamos discuti-la, porque, aí, entra a questão da gratuidade. Temos muitas leis que garantem a gratuidade, inclusive da polícia, mas quem paga isso? É a população de baixa renda, é quem ganha o salário mínimo, é o desempregado, porque a gratuidade está incluída no preço da tarifa. Ora, tem muitos trabalhadores com um salário melhor, tem Estado em uma condição melhor, mas quem paga é a população de baixa renda.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de ter essas informações.

Estamos em votação. Vou ter que ir votar e voltar. V.Exa. conhece muito bem isso. Mas gostaria, se não hoje, que respondesse e desse condições de, com o aval



da Comissão, promovermos esse debate no seio da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sr. Ministro, é isso que temos para agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Deputado João Paulo Lima.

O próximo inscrito é o Deputado Marcelo Matos. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Manuel Rosa. (*Pausa.*) Também saiu.

Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Serei bem rápido.

Sr. Ministro, Sr. Presidente, já foram feitos vários esclarecimentos. Só para reforçar, eu sou do Maranhão, e lá houve dois casos concretos que o senhor conhece e que foram para a mídia nacional.

Fica aí esse alerta para o Ministério, para o Governo, para que possamos procurar algumas soluções para frente. Não é parar o programa. Precisamos saber onde houve o problema para poder corrigi-lo mais para frente.

Sobre o caso de Ribamar, fui a uma audiência na Caixa Econômica Federal para entender melhor o que estava acontecendo. O Dr. Roberto Cerato nos atendeu, e, depois de tudo, qual foi a conclusão? Não se chegou a um consenso com o Município sobre a questão do recolhimento do imposto ITBI. Aí, milhares de famílias deixaram de receber sua casa pronta, devido a um entendimento que é governamental. O poder municipal não liberou, o Governo do Estado se omitiu, enfim, ficamos com esse problema, e as casas, prontas para as famílias entrarem no seu imóvel, sendo depredadas, perdidas. Foram milhares de casas, o senhor sabe muito bem. Aquela foi uma situação muito difícil.

O outro grande absurdo foi o caso de Imperatriz. O conjunto estava pronto, faltando pequenas intervenções. Depois que saiu no Fantástico foi que a Prefeitura fez a mobilização.

O Ministério, o Governo, todos os parceiros juntos precisam realmente fazer alguns ajustes para frente, como já estão sendo feitos. Por exemplo: o conjunto vai ser construído, então qual é o espaço da escola, da creche, do posto de saúde? É uma cidade que está nascendo em muitos desses empreendimentos que estão vindo.



Fica aqui a nossa contribuição no sentido de melhorar e democratizar mais esse acesso.

Foi uma grande iniciativa o Banco do Brasil poder também entrar. Basta o Governo Federal fazer um estudo, Sr. Ministro. No caso do Maranhão, onde vivemos, todos os Municípios em que o Banco do Brasil tem a conta local, você vê que eles investem, abrem agência, colocam postos eletrônicos. Faça uma conta de quantas agências a Caixa Econômica abriu desde quando triplicou, ou sei lá quanto aumentou, o Orçamento da União nesses investimentos, como, por exemplo, do PAC 2, do Minha Casa, Minha Vida. Tudo passa por eles. Ou seja, eles não têm equipe suficiente. É um dilema. Quando você coloca uma emenda individual sua para um Município, o Prefeito já vai dizendo: “É pela Caixa? Não vai sair nunca!” Ou seja, o Prefeito já não acredita naquilo ali. Estou falando de emenda individual, não é nem de bancada. Esse é um outro sonho também. É tipo o céu, você só olha, nunca pega. Então, realmente esse é um dilema que o Governo precisa resolver, porque ele coloca dinheiro dentro da Caixa. Se a Caixa não tem condições de fazer esse trabalho, é preciso dar um choque, sim, e abrir para o Banco do Brasil e para outros bancos, para que a gente possa fazer com que isso aconteça.

Fica aqui também o nosso alerta e o nosso apelo, pedindo para que se dê uma olhada nessa questão das estruturas dos bancos que estão fazendo a execução dos recursos que estão sendo mandados para esses Estados, para que essas obras possam acontecer de verdade.

Eu vou mandar para o seu gabinete um pedido solicitando uma audiência para a gente tratar da regularização fundiária. Nós temos, por exemplo, dentro da nossa ilha, terras da União, do Estado e dos Municípios. Há bairros hoje com 40 anos. O atual Prefeito, Edivaldo Holanda Júnior, quer tratar desse assunto, já começou a se mobilizar, mas há assuntos que passam diretamente aqui pelo Ministério das Cidades.

A gente deve se juntar, pois já há problemas pontuais. O povo está nas ruas, com várias pautas, inclusive esta de gente que tem a sua casa há 30, 40 anos, e não tem sequer o título da sua residência para poder dizer: “Olha, eu posso ir no banco aqui e tirar um financiamento de 3, 5 mil reais para eu fazer uma pequena



reforma". Não podem fazer isso hoje porque ainda são tratados como invasores, em bairros consolidados. A gente sabe que não vai funcionar.

Um exemplo prático está aqui na Vila Planalto, em Brasília. Quem é que acredita que um dia o Governo vai derrubar aquelas casas e ali vai voltar a virar terreno para se fazer outro empreendimento. Impossível! E lá as casas não são regularizadas. Aquelas pessoas não têm estabilidade, não sabem o que vão fazer. Então, fica aqui também a sugestão para o Governo encarar esse problema. Se aquelas pessoas já estão lá, não há mais como mudar isso. Por que não regularizar aquilo ali e dar, de uma vez, condições aos seus proprietários — pequenos, médios — para poderem tocar sua vida para frente? Despressurizaríamos uma pauta importante se analisássemos a questão da regularização fundiária.

Por último, eu fui contemplado aqui na questão do resíduo sólido. Isso é um problema. Vários Municípios hoje têm problemas sérios no que diz respeito a essa questão. Não sabem onde colocar seu lixo nem como tratar essa questão do aterro. Há também a questão do matadouro. Há casos espantosos ainda, e o senhor deve conhecer.

Anteontem à noite, eu estava na cidade de Capinzal do Norte, a 300 quilômetros de São Luís. Lá, no meio da mata, eles matam o gado, o boi, para, de madrugada, a carroça levar a carne para a feira, a fim de vendê-la na cidade. Em pleno século XXI, nós ainda temos essa situação: não há nem pequenos matadouros em algumas cidades. É questão de saúde pública.

Então, fica aqui também esse nosso outro apelo para que a gente possa dar uma olhada de verdade nessa questão dos aterros sanitários, pois isso é muito importante para a saúde da nossa população.

No mais, Sr. Ministro, como eu lhe falei que é um grande sonho, priorize pelo menos as emendas individuais dos Parlamentares para que elas possam sair, e a gente possa atender esses Municípios, que criam expectativa de se levar alguma coisa, alguma obra concreta para as cidades.

Desejo boa sorte ao senhor. Vamos tocar para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado, Deputado.

Próximo inscrito, Deputado Carlos Magno, do PP de Roraima.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Rondônia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Rondônia.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu não sei por que confundem tanto Roraima com Rondônia, mas são dois Estados promissores da Região Norte.

Eu gostaria de parabenizar aqui o Presidente, Deputado Sérgio Moraes, juntamente com as outras Comissões. Está aqui o Ministro, que, com lisura, com transparência, tem administrado um orçamento tão grande, para tantos problemas, principalmente quando se refere à qualidade de vida nas regiões que mais carecem de obras de infraestrutura, contemplando com financiamentos, com recursos do Orçamento da União, através de emendas parlamentares ou por própria iniciativa dos programas do Governo.

Eu gostaria de observar algumas situações. Por ser um Ministério de ampla atuação, ele passa por alguns procedimentos complicados. Por exemplo, o Governo Federal tinha o Minha Casa, Minha Vida para atender à população urbana. Estendeu-se isso para a área rural, criando o Minha Casa, Minha Vida na área rural. Eu faria até um alerta ao Ministro. Eu fui Prefeito por 8 anos e sei que, quando entram Prefeitura e Câmara de Vereadores, começam a criticar e a politizar muito a aplicação desse recurso. Talvez ele chegue às pessoas que realmente não precisam, ou melhor, aquelas que conhecem atalhos através da classe política, e acabam favorecidas. Eu acho que a melhor forma de fazer essa escolha seria por meio das entidades ligadas ao setor primário e com o apoio da Prefeitura. Eu acho que a Prefeitura é fundamental nesse processo, mas o prefeito acaba ficando refém de todo o processo político local.

Eu vou fazer um alerta — não é uma denúncia —, em relação ao meu Estado, Rondônia. O que está acontecendo lá é que a Caixa Econômica Federal que dispõe, e qualquer outro banco, além do dinheiro para emprestar — e dinheiro é a sua mercadoria de prateleira —, também de diversos serviços, como seguros e outros, comercializa, vende e até terceiriza tais serviços, e ainda tem uma participação muito grande nos lucros dessas instituições bancárias.

Eu tenho notado, em Rondônia, que algumas pessoas levam vantagens com a contratação dessas casas, principalmente na área rural, onde é baixo o poder aquisitivo do produtor. Nos projetos de assentamento, os pequenos produtores têm sido obrigados a comprar o seguro da Caixa no valor de 200 reais, 250 reais, 300



reais, para obter o benefício. Ou seja, a Caixa tem intermediado a venda desse produto, o seguro, para a empresa. O beneficiado não é obrigado a comprar, seria uma opção, mas ele acaba comprando, porque para ter acesso ao crédito Minha Casa, Minha Vida, ele precisa fazer o seguro.

Faço, portanto, esse alerta porque quando entra a classe política — não estou falando diretamente do Prefeito — ocorrem pressões naturais. A sociedade as impõe. Infelizmente, ela ainda vê o Parlamentar mais numa função social do que propriamente legislativa, administrativa ou diretiva do recurso público.

Enquanto a sociedade tiver a mentalidade de que através do político ela encontrará atalhos para resolver seu problema, nós continuaremos acuados. E não podemos esquecer aqueles que merecem ser atendidos pelos programas do Governo, porque não têm nem sabem esses caminhos, esses atalhos.

O produtor é humilde o suficiente para não absorver e não detectar esse tipo de problema.

Rondônia, especialmente Porto Velho, há 4 ou 5 anos, teve o privilégio de receber duas usinas, o que fez com que 72 mil trabalhadores se deslocassem da Capital do Estado. Uma dessas usinas está localizada a 100 quilômetros e a outra a 5 quilômetros no Rio Madeira. Isso criou realmente um problema seriíssimo de infraestrutura e de segurança social.

O Governo Federal contemplou Rondônia, através do Ministério das Cidades, com um volume considerável, para uma Capital de Estado que atendia a população com apenas 3% no que se refere a esgotamento sanitário e menos ainda à água tratada.

O projeto para tratar a água tem sido executado. Agora, infelizmente nós estamos trabalhando aqui na COE, no Orçamento, para continuarmos recebendo esse recurso originário do PAC, a fim de atender essa demanda. Por quê? Porque estamos vendo que o Governo do Estado não tem cumprido seu compromisso de elaborar o projeto a tempo e a contento do Ministério, para que realmente sejam iniciadas essas obras.

Foram feitas denúncias na Caixa, mas isso foi superado. O Tribunal de Contas mandou zerar tudo, mandou recomeçar, mas o Governo do Estado está terminando seus 4 anos de mandato e ainda não conseguiu viabilizar esse projeto.



Então, por incrível que pareça, nós estamos perdendo quase 600 milhões de reais porque não se faz uma obra de esgotamento sanitário, e isso numa Capital brasileira. Talvez seja a única no País com o privilégio de dispor de recurso para gastar numa obra tão importante como essa. Para se ter uma ideia, as novas construções estão jogando esgoto na canalização de águas pluviais. E é a única forma de atender o Meio Ambiente, que já proibiu a construção de prédios na Capital em decorrência da falta de esgotamento sanitário.

Nós acabamos de tomar conhecimento que estão querendo reduzir para uma bacia — eram três, segundo o projeto original. Não sei. Nós temos discutido isso no Ministério. O que eu sei é que nós precisamos juntar a força política com a força técnica e buscar uma alternativa para aplicar aquele investimento, aquele recurso, que é de grande valia para a qualidade de vida do povo de Rondônia, especificamente da Capital. O interior está sendo atendido de acordo. Acima de 50 mil habitantes o Ministério já está atendendo. Ou seja, em grande parte, vem construindo redes de esgotamento sanitário, com coleta e tratamento.

Outra complicação é a situação dos resíduos sólidos. Como eu disse, fui prefeito durante 8 anos. Eu não acredito que um prefeito... Está chegando o momento... O próprio Ministério Público está pedindo para os prefeitos assinarem TACs, mas eles não deram a importância devida ao caso. Eu não acredito que, individualmente, os Municípios consigam resolver esses problemas. Existe ainda o custeio desses aterros sanitários, existe a demanda regionalizada. Eu acho que através dos consórcios...

Eu vou ser bem claro — ouviu, Ministro?: a coleta de resíduos sólidos, principalmente na Amazônia, está complicadíssima. Se fizermos um diagnóstico, um levantamento lá, veremos que é pequena a porcentagem de Municípios da Região Norte que dispõem de tratamento e de esgotamento sanitário. Infelizmente, lixões a céu aberto contaminam mananciais e nascentes, os mais absurdos crimes ambientais que nós temos.

Então, eu gostaria que fosse observado também... Eu não gostaria de encaminhar como denúncia, mas eu estou aqui, o Governo do meu Estado está lá, o Programa Minha Casa, Minha Vida também, 654 casas. Agora, vejam o tamanho do Governo Federal aqui, do Programa Minha Casa, Minha Vida, e comparem com o



tamanho da propaganda do Morada Nova do Governo do Estado, como se fosse ele o principal financiador dessa obra. Então tem que se dar o devido tratamento e importância... Eu não gostaria que o meu Estado fosse punido, mas que fosse feita uma correção, até para reconhecer o trabalho do Ministério e da própria Presidente da República em relação a esses programas de que muito precisa o Estado de Rondônia, assim como a Região Norte e o País.

Ao fazer esta observação, quero parabenizar V.Exa., Ministro, e sua equipe pelo trabalho desenvolvido, e dizer que esta Casa está atenta em relação aos programas do Governo e fazendo a sua parte.

Quanto à regularização fundiária urbana a Região Norte difere de outras regiões. Nós também estamos naquela região fronteiriça, onde há envolvimento do Exército em relação aos 150 quilômetros. Ele quer opinar sobre essa questão. E não só o Terra Legal, mas além do Exército, o Conselho também quer opinar sobre essas questões. Isso tem atrasado um pouco a regularização fundiária urbana de diversos Municípios, e de alguns distritos também. Todos precisam disso.

Eu acho que é o documento que identifica o cidadão, seja de área rural, seja da área urbana, na sua posse efetiva, um documento com fé pública, outra preocupação do Ministério também com a disponibilidade de recurso.

Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta. Eu sei que o recurso ainda é pouco frente a tantos problemas de regularização fundiária. Infelizmente, a SPU está funcionando mais como imobiliária, alugando e vendendo casas a preço de mercado do patrimônio do Governo Federal, do que propriamente resolvendo o problema dos Municípios, dos cidadãos. Ela tem uma função social, pelo tempo que tem de construções e outras coisas mais. Então, com a SPU não dá para contar muito, porque cada Superintendente, em cada Estado, tem criado dificuldades e barreiras para a regularização.

Então, é preciso que o Ministério se dedique mais e que o Governo Federal destine mais recursos para resolver essas questões ligadas à topografia e ao levantamento da documentação real. O Terra Legal também é parceiro do Ministério na elaboração desses documentos.

É a minha única pergunta. Qual o recurso disponível no orçamento da União para 2013 em relação à regularização fundiária urbana?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito bem. V.Exa. foi o último Deputado inscrito.

Passo a palavra para o Ministro responder as indagações e, ao mesmo tempo, fazer suas considerações finais.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Vou tentar unificar porque algumas questões são comuns.

O Deputado Edson Santos fez uma colocação sobre a possibilidade de se criar um fundo nacional de transporte para subsídio de tarifa. O Deputado e Prefeito João Paulo Lima falou também da gratuidade, um dos temas inclusive que vem sendo ressaltado nos últimos dias.

É importante destacar em relação ao transporte público, sobretudo o que se refere à tarifa e aos modelos existentes, que o Deputado João Paulo administrou uma cidade, sem dúvida nenhuma, com uma peculiaridade muito grande, na sua inserção territorial, uma cidade que tinha e tem muitos problemas. Sem dúvida, essa questão do transporte público também é um fator de extrema relevância numa cidade como Recife.

Na verdade, quando se fala em gratuidade num sistema de transporte, ou em qualquer outro sistema, tem que haver uma definição de quem vai arcar com o custo de manutenção e de funcionamento desse sistema. Alguns países têm sistemas que atribuíram, por exemplo, na gasolina, percentual para subsídio da tarifa de transporte. Aí é uma decisão que passa por um processo de discussão política, até porque essa atribuição também está no modelo que nós temos hoje, está na Prefeitura, quer dizer, está lá na ponta, vamos chamar assim, dessa definição de política de tarifa.

Nessa relação de que nós tratamos agora, coube às Prefeituras e aos Governos de Estado, dependendo do tamanho do porte do investimento — e aí eu faço a ressalva a investimentos como metrô, com um volume de investimento maior do que outras soluções e com o envolvimento também do Governo do Estado —, a partilha do subsídio da operação para que ela possa funcionar mantendo-se uma tarifa menor ou mesmo a gratuidade que, na verdade, está sendo paga pelo Governo Municipal com o Governo Estadual ou com o Governo Federal.



Esta discussão tem diversos formatos. Qual é o formato ideal? Não existe formato ideal; existe um formato definido pela sociedade. Ele que deve ser o melhor para aplicação naquele sistema de transporte urbano.

O fato é que nós temos uma necessidade efetiva da melhoria da qualidade do transporte. Acho que isso só será concluído à medida que esses investimentos também avancem. Até porque — acho que foi o Deputado João Paulo Lima mesmo que citou — você não vai andar num transporte que não tenha conforto. Não é só fazer o transporte, é preciso fazer o transporte de qualidade. Que as pessoas possam ter, além da boa qualidade no veículo de transporte, também capilaridade no sistema. Ou seja, que eu possa sair daqui de BRT — eu sei que daqui eu tenho um sistema que funciona e mesmo que se utilize de outros modais —, pegar um VLT, um trem, para chegar onde quero. Este é o transporte de qualidade. Não é só a qualidade do veículo propriamente dito, mas também o tamanho da malha que cobre a cidade. Isto é fundamental do ponto de vista da efetividade do transporte.

Outro problema ampliado a cada dia é aquilo que o Deputado João Paulo Lima disse: nós temos hoje quase 6 milhões de veículos sendo vendidos por ano, três vezes mais do que tínhamos há 10 anos. Estamos amplificando, a cada dia, o volume de veículos, e aí de transporte individual. O que ocorre, muitas vezes, é que vemos, no trânsito, geralmente, uma pessoa num carro ou, no máximo, duas pessoas.

Agora, nós só podemos também fazer esse tipo de exigência restritiva, quando se oferta transporte público de qualidade. Por exemplo, Londres impôs o pedágio urbano, no centro da cidade. Isso foi viabilizado, a menor utilização de veículos, porque existia transporte público de qualidade. Ou seja, deu-se uma alternativa para viabilizar essa indução de inibição de uso de veículo individual.

São pontos realmente que precisam ser discutidos. Acho que é uma discussão política. Agora, quanto a esse processo de discussão da tarifa, o Governo tomou a iniciativa de desoneras. Poderíamos também — quando se fala na adoção de um modelo como um todo no Brasil — discutir a criação de um fundo.

É uma ideia a ser discutida dependendo dos encaminhamentos a serem dados nesse processo de discussão da tarifa, repito, no tocante à gestão do



Município. Cabe ao Governo Federal também participar dessa discussão, ajudando, como é o caso agora com a desoneração dos 20 centavos.

Outra questão apresentada aqui tem a ver com os investimentos. Vamos enviar, Deputado João Paulo Lima, os investimentos de mobilidade. Todos os investimentos que temos ficarão à disposição, não só os da Copa.

Em Pernambuco, temos também um investimento massivo em relação à mobilidade urbana. A Arena de Pernambuco é uma questão diferente. Ela foi construída na zona metropolitana da cidade, uma região mais afastada. Hoje dispõe de uma via de acesso atendida pela CBTU/METROREC, combinando esse sistema com os ônibus.

Recife é um exemplo de Capital em que nós podemos integrar todos os modais. Recife tem a possibilidade da barca, do BRT, do VLT, do trem, de todos os modais interligados, o que, sem dúvida nenhuma, é um facilitador sob esse ponto de vista.

Ficamos abertos para receber as sugestões da FNP. O pensamento estratégico apresentado por V.Exa. é extremamente oportuno. É o que nós temos feito ao longo dessas discussões, inclusive com as Prefeituras e com os Governos dos Estados.

Realmente, nós temos provocado o olhar da mobilidade urbana não só como uma medida de intervenção corretiva, mas como uma medida de planejamento, ou seja, um instrumento de uma política pública que possa ser utilizado para agregar qualidade de vida às pessoas. Este é o foco da mobilidade urbana. Quando se pensa em mobilidade urbana, nós estamos pensando nisto: em como se pode devolver o tempo roubado das pessoas com o deslocamento para o trabalho, para casa, para as escolas, como podemos trabalhar esse processo.

Agora, não tenho dúvida nenhuma de que também teremos um novo patamar a partir desses investimentos realizados no País. São investimentos que, repito, não existiam. Não tínhamos esses recursos para investir em mobilidade urbana. Agora, vamos ter um novo patamar. A mobilidade social permitiu à população ter um grau de exigência muito maior. Hoje, as necessidades passam a ser outras, e a nossa população estará cada vez mais exigente.



Eu concordo com V.Exa. quando diz que não é só apresentar o serviço, mas um serviço de qualidade. Ou seja, oferecer, realmente, ao público um serviço de qualidade.

Por fim, como mencionou o Deputado Edson Santos, como tratar dos modelos na ponta? Isso foi para o privado. Está lá a concessão. Hoje, realmente, a maioria da execução desses serviços foi formatada com a utilização da concessão. Também é um processo político que tem que ser discutido no País como um todo. O poder da concessão também está lá na Prefeitura, está na gestão municipal.

Então, esse sistema de tarifa passa por um processo, nessa ampla discussão da questão do transporte público. Isto é, como conseguir um sistema em que a tarifa seja equalizada e viável e como oferecer esse serviço a todos os brasileiros.

O Deputado Weverton Rocha, do Maranhão, abordou aqui a regularização fundiária e citou dois exemplos do Minha Casa, Minha Vida. Nós, inclusive, já havíamos falado sobre a dificuldade do poder público municipal de colaborar para que o assunto seja resolvido. O primeiro foi um problema de execução, em Imperatriz, uma obra do PAC. O outro, em São José de Ribamar, foi um problema de uma posição política, que fez com que nós tivéssemos aquela situação absolutamente impensada num País onde o povo aguarda a sua casa mas não a recebe por uma questão de imposição de se receber o imposto territorial urbano. Não entro no mérito, mas entro na questão de definição. Deveria haver uma definição sobre aquela questão, para que a população não fosse penalizada, e aí caberia ao próprio poder municipal, o detentor do imposto. Não há como fazer uma intervenção em uma atribuição do poder municipal.

Quanto à regularização fundiária, citada pelo Deputado, nós estamos trabalhando nisso. Eu já entro, pegando o gancho da regularização fundiária, na pergunta do Deputado Carlos Magno, se existem recursos. Existem. Nós estamos retomando esse programa. Nós melhoramos o Orçamento de 2013, ampliando os recursos. Essa era uma rubrica em que tínhamos praticamente nada, tínhamos 2 milhões de reais. Hoje já temos mais de 100 milhões de reais, para cumprirmos essa etapa do papel passado, exatamente a nossa regularização fundiária. Nós temos todo o interesse de, neste ano, iniciarmos esse programa e ampliá-lo nos anos subsequentes.



Quanto à venda casada, já se bateu muito nisso. É importante, depois, falarmos dessas informações com a Caixa Econômica Federal.

Sobre Porto Velho, nós estamos tratando desse assunto do saneamento. O Osvaldo, nosso Secretário Nacional, que está aqui, conhece bem o assunto. Nós já discutimos várias vezes para ver se encontramos uma solução. Não queremos perder esses recursos. Perder recursos em um momento como este é tudo que não se quer. Nós continuamos à disposição para avançar nessa discussão.

Em relação aos resíduos sólidos, nós vamos ter... Aí cabe a questão dessa operação. Acho que V.Exa. tinha se ausentado para ir votar quando tocamos nesse assunto. Nós estamos tratando, inclusive, da própria legislação. Hoje, ela impede esse investimento em razão do calendário que o legislador incorporou no texto da lei. Nós estamos também acompanhando isso.

Concordo com V.Exa.: a maior dificuldade não é o investimento na infraestrutura do equipamento de tratamento de resíduos sólidos; a maior dificuldade ficará com as Prefeituras, isto é, a manutenção desses empreendimentos. Há alguns países que adotam também um posto específico para a manutenção da destinação do resíduo sólido. Também é uma discussão política que nós haveremos de tratar na discussão com esta Casa e com todos os gestores municipais no País.

Basicamente, acho que é isto. Presidente, eu gostaria de agradecer mais uma vez a V.Exa., ao Deputado Edinho Bez, ao Deputado Otávio Leite, Presidentes das demais Comissões que participaram desta reunião. Quero cumprimentar todos os Parlamentares e agradecer pelas intervenções e pelos questionamentos que nos oportunizam esclarecer diversos assuntos. É realmente uma Pasta complexa, com diversas áreas temáticas, às vezes, como eu disse, de mobilidade urbana a saneamento, a resíduos sólidos, até transportes. Nossa área temática é bastante diversificada.

Agradeço esta oportunidade, mais uma vez, renovando a parceria do Ministério com esta Comissão. Queremos discutir outros temas, como esse dos resíduos sólidos, tema importantíssimo. Repito, estamos à disposição para tratar de diversos temas. Aproveito este momento para convidar todos para uma grande discussão, em novembro, com a realização da V Conferência Nacional das Cidades, quando nós teremos a oportunidade de discutir todos esses temas, o tema da



mobilidade urbana, o tema do saneamento, o tema dos resíduos sólidos, o tema da gestão territorial, da gestão metropolitana, tema cuja discussão precisamos fazer. Não temos como fugir dessa discussão. Hoje nós temos uma grande concentração da população nas regiões metropolitanas.

Teremos aí uma pauta bastante extensa para tratar. Nós ficamos felizes de participar desta discussão e de prestar estes esclarecimentos.

Muito obrigado. Agradeço aqui também a toda a equipe do Ministério, que esteve presente, a toda a equipe técnica, aos Secretários Nacionais, à nossa Consultora Jurídica, a todos os nossos companheiros, à Assessoria Parlamentar, às suas colaboradoras, a todo o seu pessoal que esteve aqui conosco durante todo este tempo. É sempre bom estar aqui revendo os amigos nesta Casa, da qual, na verdade, faço parte.

Muito obrigado. Fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Eu quero agradecer também ao Ministro. Espero que S.Exa. tenha se sentido bem aqui nesta Casa.

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Aliás, o café estava muito gostoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Estava muito bom.

Que nós possamos agora, no segundo semestre, fazer outra rodada, talvez, sobre resíduos sólidos.

Quero agradecer a todos os Deputados que estiveram presentes e à imprensa. Quero ainda dizer que o forró de Campina Grande está funcionando, e o Ministro...

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - Aliás, eu queria fazer o convite aos nossos amigos e companheiros, o nosso forró...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pode ficar todo mundo na casa dele. (*Risos.*)

O SR. MINISTRO AGUINALDO RIBEIRO - O coração é grande. A casa é pequena, mas a gente aperta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado. Quero agradecer a todos.



Encerro esta reunião, convidando todos os Parlamentares para a próxima quarta-feira, no horário regimental, a nossa próxima reunião.

Muito obrigado, Ministro. Seja sempre bem-vindo aqui e nos ligue, nos procure, se precisar. Nós estamos às ordens.

Está encerrada a reunião.